GRANDES PERSONAGENS DA HISTÓRIA

GRÁTIS NESTE FASCÍCULO O ÍNDICE E O CADERNO ESPECIAL DO 3.º VOLUME "FIM DO IMPÉRIO: REPÚBLICA"

Sai às 4.as-feiras - NCr$ 1,50

Prudente de MORAIS



Editor: VICTOR CIVITA

Supervisão: Prof. Sérgio Buarque de Holanda

Diretor de Publicações: Roberto Civita
Diretor da Divisão Fascículos:
Pedro Paulo Poppovic
Conselho Consultivo: Odylo Costa, filho,
Pompeu de Sousa, Hernani Donato

Esta obra foi integralmente composta e impressa nas oficinas da SAIB, Sociedade Anônima Impressora Brasileira, São Paulo.

CONSELHO EDITORIAL
V. Diretor: Elizabeth di Cropani
Secretário: Maria Hermínia de Almeida
Arte: Carlos Alberto Lozza (chefe),
Michael Beckwith Hiltner
Editoria de texto: Orlando P. Miranda (chefe),
Pedro Maia Soares, Vera Galli
Pesquisa: Cármen Righetto, Heloisa Jahn

© COPYRIGHT MUNDIAL, 1970
ABRIL CULTURAL LTDA., SÃO PAULO

Esta obra conta, através da vida de 56 brasileiros ilustres e de quatro cadernos especiais, tôda a nossa História. Ao completar sua coleção, você terá quatro volumes, cada um com catorze fascículos em ordem cronológica, e um caderno especial de introdução para cada volume. Êstes cadernos especiais serão um resumo dos períodos abrangidos por cada volume e sairão dentro dos fascículos n.ºs 15, 29, 43 e 56, que conterão também os índices. As capas-duras, com guardas e frontispícios para encadernação, estarão nas bancas ao mesmo tempo que os fascículos n.ºs 3, 18, 31 e 45. Colecione à parte as capas duplas finais dos fascículos, cujos mapas formarão a grande Mapoteca Histórica do Brasil, que você mesmo montará, bastando adquirir a capa especial, vendida com o vigésimo-primeiro fascículo.

Você pode comprar qualquer número atrasado pelo preço do último fascículo que estiver nas bancas. Peça-o ao seu jornaleiro ou ao Agente Distribuidor de revistas Abril na sua cidade.

PRUDENTE DE MORAIS

CRONOLOGIA

1841 — 4 *de outubro*: num sítio perto de Itu, nasce Prudente José de Morais Barros.

1856 — Encerrando suas portas o colégio em que estudava, em Piracicaba, Prudente muda-se para São Paulo.

1859 — Prudente entra para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde terá como colegas vários dos futuros líderes da República: Campos Sales, Francisco Rangel Pestana, Bernardino de Campos e outros.

1863 — Formado, Prudente instala-se em Piracicaba, para advogar. Aí inicia a sua carreira política, que o levaria mais tarde à presidência da República.

1865 — Prudente toma posse como vereador em Piracicaba e é eleito presidente da Câmara Municipal, passando a exercer, também, o cargo de prefeito. Tinha 24 anos de idade.

1866 — Prudente de Morais casa-se, em Santos, com Adelaide Benvinda, filha de Antônio José da Silva Gordo, seu padrinho.

1870 — Começam a surgir no país os clubes e centros republicanos. Prudente, que desde 1869 havia sido eleito para a Assembléia Provincial, liga-se aos fazendeiros de café do oeste paulista e defende suas idéias abolicionistas, republicanas e federalistas.

1873 — Realiza-se em Itu a Convenção que organizaria o Partido Republicano Paulista. O fazendeiro de café Manoel de Morais Barros, irmão de Prudente, é um dos convencionais.

1877 — Prudente é eleito, como deputado republicano, à Assembléia Provincial paulista, e, mais tarde, à Câmara dos Deputados.

1886 — Prudente tenta reeleger-se para a Câmara dos Deputados, mas perde.

1889 — 15 *de novembro*: é proclamada a República. O govêrno provisório designa Prudente para compor um triunvirato governativo do Estado de São Paulo. Em dezembro a junta é extinta e Prudente nomeado governador.

1890 — 15 *de novembro*: instala-se o primeiro Congresso Constituinte republicano. Prudente é eleito presidente do Congresso.

1891 — Realizam-se as eleições indiretas para a presidência da República. Prudente candidata-se mas perde para Deodoro, que ganha com Floriano na vice-presidência. Meses depois, Deodoro renuncia e Floriano assume a presidência.

1894 — No fim do conturbado período de govêrno de Floriano Peixoto, Prudente de Morais e Manuel Vitorino são eleitos pelo voto popular.

1894/1898 — Durante seu mandato, que herdara as dificuldades da abolição e da proclamação da República, Prudente é obrigado a enfrentar crises sérias nos terrenos econômico, político e militar: superprodução do café, as conseqüências do *encilhamento*, as enormes dívidas externas, a inflação, as lutas entre federalistas e castilhistas no Rio Grande do Sul, descontentamentos militares, a oposição dos florianistas, a Campanha de Canudos.

1897 — Prudente sofre um atentado político, escapa ileso, granjeia a simpatia popular, decreta o sítio e inicia a reação.

1901 — Prudente é um dos fundadores da dissidência do Partido Republicano Paulista.

1902 — 3 *de dezembro*: morre em Piracicaba.

CAPA — PRUDENTE DE MORAIS, ÓLEO DE FRANCO DE SÁ. MUSEU PRUDENTE DE MORAIS, PIRACICABA, SP

Editor: **VICTOR CIVITA**

Supervisão: Prof. Sérgio Buarque de Holanda

Diretor de Publicações: Roberto Civita
Diretor da Divisão Fascículos:
Pedro Paulo Poppovic
Conselho Consultivo: Odylo Costa, filho,
Pompeu de Sousa, Hernani Donato

CONSELHO EDITORIAL

V. Diretor: Elizabeth Di Cropani
Secretária: Maria Hermínia de Almeida
Arte: Carlos Alberto Lozza (chefe),
Michael Beckwith Hiltner
Editoria de texto: Orlando P. Miranda (chefe),
Pedro Maia Soares, Vera Galli
Pesquisa: Anna Maria Quirino Vassão (chefe),
Cármen Righetto, Heloísa Jahn

COLABORADORES

Os textos foram elaborados à base de monografias originais dos seguintes colaboradores:

ADALBERTO MARSON (instrutor do curso de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) — Silva Jardim

HERNANI DONATO (membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo) — Tamandaré

JOÃO ALEXANDRE COSTA BARBOSA — Castro Alves

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER (instrutor do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) — Duque de Caxias

JÚLIA MARIA LEONOR SCARANO (assistente do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro) — General Osório e Saldanha da Gama

LOURENÇO LACOMBE — Princesa Isabel

MARIA ODILA DA SILVA DIAS (instrutora do curso de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) — Visconde do Rio Branco

MARIA SÍLVIA CARVALHO FRANCO — André Rebouças

SUELY ROBLES REIS QUEIROS (assistente do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo) — Deodoro e Floriano Peixoto

THIERS MARTINS MOREIRA — Joaquim Nabuco e José do Patrocínio

Índice Geral

Fim do Império: República 501
Duque de Caxias 509
General Osório 525
Almirante Tamandaré 541
Castro Alves 557
Visconde do Rio Branco 573
José do Patrocínio 589
Joaquim Nabuco 605
Princesa Isabel 621
André Rebouças 637
Silva Jardim 653
Benjamim Constant 669
Marechal Deodoro 685
Floriano Peixoto 701
Saldanha da Gama 717

Índice Onomástico e Remissivo

A

Abreu, Barão de Jacuí, Francisco Pedro de — 533
Abreu, Casimiro José Marques de — 562
Abolição da escravatura — 585, 625, 649, 664, 677
— leis:
Aberdeen — 613
Áurea — 598, 605, 617, 635, 636, 648, 649, 650, 662, 681
extinção do tráfico — 594, 596, 613, 658, 690
Projeto Dantas
Sexagenários — 615, 633
Ventre livre — 505, 587, 613, 629, 630, 633
— movimento abolicionista — 585, 593, 594, 597, 598, 601, 602, 613, 614, 615, 617, 622, 633, 650, 657, 661, 662, 679, 709
— no Ceará — 597
— no município neutro — 598, 633
— oposição à — 598
Academias
— Militar de Segóvia — 625
— Real da Marinha — 542, 545, 550, 574
— Real Militar — 510
Agostini, Ângelo — 601
Aguirre, Anastácio — 521, 553, 554, 581, 721
Alagoas, Barão de — (v. Martins da Fonseca, Severiano)
Alencar Jr., José Martiniano de — 510, 567, 569, 611
Almeida Barreto, José de — 697
Almeida, Domingos José de — 525
Almeida Martins, José Luís de — 587
Almeida Rosa, Francisco Otaviano de — 585
Almeida Tôrres, Viscondessa de Lajes, Maria Caetana de — 630
Alvares de Azevedo, Manuel Antônio — 558, 562, 568, 569, 572
Alvares Guimarães, Augusto — 559, 565, 572
Alvear, Carlos Maria de — 522
Alves, Antônio José — 558, 559, 561, 565
Alves, Miguel — 525
Alves Carvalho, Antônio — 562
Amaral, Adelaide — 565
Amaral, Ubaldino do — 597, 663
Amoedo, Rodolfo — 604
Amzalack, Isaac — 565
— suas filhas: Simy, Ester e Mary
Andrada e Silva Jr., José Bonifácio — 567, 569, 609, 610, 642
Andrada e Silva Jr., Martim Francisco — 613, 642, 657, 658, 664
Andrada Pinto, Eduardo de — 673
Anti-Slavery Society — 617
Antunes Gurjão, Hilário Maximiliano — 510
Aquino, João Pedro de — 593
Araújo, Antônio José de — 673
Araújo Lima, Marquês de Olinda, Pedro de — 514, 578, 625, 686, 719
Araújo Peixoto, Ana Joaquina — 702
Araújo Peixoto, José Vieira de — 702, 703, 707
Araújo Peixoto, Manuel Vieira de — 702
Araújo Pôrto Alegre, Manuel de — 554
Araújo Ribeiro, José de — 530
Assis Brasil, Joaquim Francisco de — 657
Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Prêto, Afonso Celso de — 614, 617, 670, 693, 694, 697
Assis Figueiredo Jr., Afonso Celso de — 657
Assis Osternoff, Antônio — 570

B

Barata Ribeiro, Cândido — 716
Barbacena, Marquês de — (v. Caldeira Brant Pontes, Felisberto)
Barbosa de Oliveira, Rui Caetano — 507, 508, 561, 565, 568, 569, 589, 598, 601, 602, 609, 614, 617, 682, 694, 697, 700
Barral, Condêssa do — (v. Borges de Barros, Luísa Margarida)
Barreto de Menezes, Tobias — 562,
Barreto Leite, Domingos Alves — 713 565, 567, 613
Barreto Pereira Pinto, Sebastião — 528
Barrios, Vicente — 533
Barros Cassal, José de — 710
Barros Pimentel, Sancho de — 614
Barros Veloso, João da Costa — 673
Barroso da Silva, Barão do Amazonas, Francisco Manuel — 519, 534, 544, 546, 549, 554
Batalhas
— Angostura — 707, 722
— Avaí — 521, 522, 537, 538, 707
— Campo Grande — 629
— Cerro Corá — 538, 585, 707
— Curupaiti — 549, 689, 722
— Curuzu — 689
— Estero Bellaco — 707
— Herval — 530
— Humaitá — 519, 522, 722
— Itororó — 509, 510, 522, 538, 687, 689, 707
— Lomas Valentinas — 522, 523, 538, 707
— Membucu — 522
— Monte Caseros — 518, 533, 577
— Nhu-Guaçu — 689
— Paissandu — 721
— Paranjá — 715
— Passo do Rosário — 527
— Peribebuí — 538, 629, 689, 707
— Porongos — 517
— Potrero Obella — 522, 689
— Riachuelo — 519, 534, 544, 546
— Sarandi — 527
— Taí — 522
— Taji — 689
— Taquari — 707
— Tatuí — 715
— Timbó — 722
— Tuiu-Cuê — 522
— Tuiuti — 537, 646, 674, 689, 707
— Tupiú — 707
— Villeta — 707
Batalhões
— Divisão Pacificadora do Norte — 550
— do Imperador — 510, 513
— dos Periquitos — 566
— Sagrado — 513
— Voluntários da Pátria — 534, 551, 626
Batista, Homero — 657
Berges, José — 578
Bilac, Olavo (v. Guimarães Bilac, Olavo Brás Martins dos)
Bocage, Gil Le Doux du — 558
Bocaiúva, Quintino (v. Sousa Bocaiúva, Quintino)
Bondeira de Sovea, Pedro — 514
Bordalo Pinheiro, Rafael — 604
Borges, Abílio César — 558, 561
Borges da Fonseca, Antônio — 557
Borges de Barros, Condêssa do Barral, Luísa Margarida — 622, 635
Botas, João das — 543, 545
Botelho de Magalhães, Benjamim Constant — 664, 669 a 684, 690, 694, 708, 709
Botelho de Magalhães, Leopoldo Henrique — 670, 671
Brasiliense de Almeida Melo, Américo — 663
Byron, Lord John — 558, 561, 563

C

Caballero, Bernardino — 509
Cabo Frio, Visconde de (v. Cunha Moreira, Luís da)
Caetano de Melo, Emília — 721, 722
Caetano de Melo, José — 721
Café — 502, 503, 594, 658, 663, 690, 693
— e escravidão — 504, 593, 594, 595
— e federação — 504
— e imigração — 504
— no oeste paulista — 594
— no Vale do Paraíba — 594
— e República — 507
Calado, João Crisóstemo — 510
Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, Felisberto — 527
Câmara, Eugênia — 561, 562, 564, 565, 566, 567, 569, 570
Camões, Luís Vaz de — 558, 657
Campanhas
— da Cisplatina — 510, 512, 527, 528, 546, 553
— da Cordilheira — 538, 689
Campos, Américo de — 663, 668
Campos Sales, Manuel Ferraz de — 507, 508, 589, 614, 617, 663, 682, 696, 697, 698, 700
Canabarro, Dávi — 518, 533
Canning, George — 578
Cansansão de Sinimbu, João Luís Vieira — 638, 640, 641
Carneiro de Campos, José Joaquim — 533
Carneiro de Mendonça, Roberto — 668
Carneiro Leão, Marquês do Paraná, Honório Hermeto, 521, 577, 578
Carneiro Silva, Ana de Loreto Viana Lima — 511, 514
Carneiro Viana, Ana Luísa — 511 513, 514, 517, 518, 522
Carneiro Viana, Luísa Rosa — 513, 514
Carvalho, Joaquim Aurélio — 606
Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, Sebastião José de — 718
Carvalho Moreira, Barão de Penedo, Francisco Inácio — 611, 625
Castilhos, Júlio de — 508, 657, 690, 710, 713, 716, 717, 727
Castro Alves, Antônio de — 557 a 572, 593, 609
— sua mãe: Clélia Brasília
— seus irmãos: Adelaide, José Antônio, Amélia e Elisa
Castro, Borja de — 646
Catão Calado, Sebastião — 593
Cerqueira César, José Alves de — 710
Chateaubriand, François-René — 558
Chichorro da Gama, Francisco — 686
Chico Diabo (v. Lacerda, João Francisco)
Chico Pedro (v. Abreu, Francisco Pedro)
Chopin, Frédéric — 610
Clapp, João — 595, 601
Coaracy, Vivaldo — 602
Cochrane, Lord Alexander Thomas — 541, 542, 545
Coelho de Resende, Simplício — 690
Coelho, Furtado — 561, 566, 569
Coelho Neto, Francisco — 729
Coimbra, Antônio José Duarte — 561
Coimbra de Melo, Auta — 721
Colônia do Sacramento — 518
Comércio exterior brasileiro, Século XIX — 501
Comte, Augusto — 674, 675, 677 690
Condorcet, Marie Jean — 658
Confederação do Equador — 541, 545
Confederação Abolicionista — 647, 681
Constituição Provisória da 1.ª República — 696, 697
Correia, Manuel Francisco — 586
Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, José Antônio — 690
Correia de Oliveira, João Alfredo — 585, 586, 635, 649, 662, 673, 677
Costa, Cláudio Luís da — 671, 673
Costa, Maria Joaquina da — 670, 674
Costa Azevedo, Barão de Ladário, José — 697
Cotegipe, Barão de — (v. Wanderley, João Maurício de)
Cudls, Luís — 723
Cunha Matos, Ernesto Augusto da — 678, 681, 690, 694
Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio, Luís da — 542, 543

D

Danton, Georges Jacques — 658
Darwin, Charles — 725
— darwinismo — 677
D'Ávila, Henrique Francisco — 678
D'Eu, Conde (v. D'Orleans, Luís Filipe Gastão)
D'Eu, Condêssa (v. Isabel, Princesa)
D'Orleans, Luís Filipe Maria Fernando Gastão — 523, 531, 538, 585, 623, 625, 626, 629, 630, 633, 634, 638, 644, 646, 648, 659, 661, 663, 694
D'Orleans, Duque de Nemours, Luís — 625
D'Ormeville — 648
Duarte de Azevedo, Manuel Antônio — 586
Duarte, Pedro — 701, 702, 707

E

Economia brasileira no Século XIX — 501, 502, 503
Encilhamento — 697
Escolas
— de Aplicação do Exército — 518
— do Recife — 562
— Militar — 511, 686, 690
Escravidão no Brasil, século XIX (v. Abolição da escravatura)
Espírito Santo, Emerenciana Ribeiro do — 589
Espora, Tomás — 549
Estigarribia, Antonio de La Cruz — 531, 534, 554, 701, 702, 707
Eyre, Edward John — 546

F

Facções
— balaios — 514
— conservadores — 613
— liberais — 517, 610, 613
— liga progressista — 610
— maragatos — 713, 714, 715
— pica-paus — 713
— rançosos (v. vermelhos)
— republicanos — 635
— restauradores — 513
— vermelhos — 610
Fagundes de Oliveira, Francisca — 530, 538, 625
Fagundes de Oliveira, Zeferino — 530
Fagundes Varela, Luís Nicolau — 562, 568, 569
Falcão, Aníbal — 660, 698
Falcão de Carvalho, Ana Rosa — 605, 606, 607
Feijó, Diogo Antônio — 513, 517
Fernandes Viana, Paulo — 513
Fernando, Dom — 625
Ferrão Argolo, Alexandre Gomes de — 710
Ferreira, Manuel Francisco dos Anjos — 514
Ferreira Viana, Antônio — 598
Feuillet, Octave — 561, 630
Figueiredo Faria, Teresa de — 574
Flôres, Venâncio — 531, 553, 554, 581
Fonseca, Manuel Deodoro da — 508, 538, 601, 603, 678, 681, 682, 684 a 700, 708, 709, 710, 713, 716, 717
Fonseca, Rosa Maria Paulina da — 685, 686, 687, 689
— seus filhos: Hermes Ernesto, Pedro Paulino, Hipólito, Eduardo Emiliano, João Severiano, Emília Rosa, Amélia Rosa, Afonso Aurélio
Fonseca Galvão, Manuel Mendes da — 685, 686
Fontoura, Antônio Vicente — 530
Fortalezas
— Grogoatá — 727
— Humaitá — 552, 721
— Lage — 710, 713
— Óbidos — 646
— Santa Cruz — 601, 642, 673, 686, 710, 713
— Villegaignon — 513, 727
Fraga, Leonídia — 572
Francisca, Dona — 551, 552, 625
Franco de Sá, Filipe — 690
Frias de Vasconcelos, Miguel — 513, 518
Furtado, Cons. Francisco José — 625
Furtado de Mendonça, Salvador de Menezes Drummond — 662, 677

G

Gabinetes
— Abaeté — 578
— Araújo Lima — 686
— Caxias — 610, 613, 633
— Cotegipe — 598, 615, 633, 635, 649, 681
— Itaboraí — 582
— João Alfredo — 598, 615, 617, 635, 660, 667, 693
— Ouro Prêto — 693, 694, 697, 708
— Paranhos — (v. Rio Branco)
— Paula Sousa — 686
— Rio Branco — 554, 585, 586, 613, 633, 646
— Saraiva — 553, 614
— Silva Ferraz — 579
— Sinimbu — 540
— Sousa Dantas — 615
— Zacarias de Góis — 507
Galamba, Bento José — 510
Galvão, Barão do Rio Apa, Antônio Enéias Gustavo — 694
Gama, Luís — 609, 650, 658, 663
Gama, Vasco da — 718
Gamboa, Pedro Sarmiento de — 725
Garfield, James — 723
Garzon, Ângela — 513, 521
Garzon, Eugênio — 513, 518, 521
Ghislanzoni, Antônio — 648
Glicério, Francisco — 660, 661, 663
Graça Aranha, José Pereira de — 617, 618
Grenfell, John Pascoe — 550, 551
Góis e Vasconcelos, Zacarias de — 585, 609, 610, 646
Gomes, Carlos — 648
Gomes, Raimundo — 514
Gomes Barreiros, Eusébio — 574
Gomes Barroso, Carolina — 718
Gomes Carneiro, Antônio Ernesto — 715
Gonçalves, Jerônimo Francisco — 714
Gonçalves da Silva, Bento — 528
Gonçalves de Oliveira, Vital Maria — 586, 587
Gonçalves Dias, Antônio — 558, 671
Gonzaga, Tomás Antônio — 517
Guerra, José Moreira — 550
Guerras
— franco-prussiana — 572, 611
— de independência da Bahia — 545
— do Paraguai — 502, 519, 521, 524, 527, 528, 531, 533, 534, 537, 538, 544, 549, 551, 554, 565, 566, 569 578, 581, 582, 585, 609, 613, 626, 629, 643, 646, 649, 658, 674, 687, 689, 690, 721, 722
— do Uruguai — 513, 527, 530, 533, 578, 579, 581, 626, 644, 687, 721
Guimarães, Maria Ramos — 561
Guimarães Bilac, Olavo Brás Martins dos — 602
Guimarães Jr., Luís — 565

H

Harbem, Gaspar — 654
Hermann, Barão de Tautphoeus, Joseph — 609
Herval, Marquês de (v. Osório, Manuel Luís)
Horácio — 558
Hugo, Victor Marie — 558

I

Ibituruna, Visconde de (v. Santos, João Batista dos)
Iguape, Barão de (v. Silva Prado, Antônio da)
Inácio, Almirante Inhaúma, Joaquim José — 542, 556
Independência do Brasil — 627
Independência do Uruguai — 527, 549
Inglês de Sousa, Herculano Mário — 657
Inhaúma, Almirante (v. Inácio Joaquim José)
Isabel, Princesa — 524, 585, 587, 593, 598, 601, 603, 613, 615, 621 a 636, 638, 659, 661, 662, 667, 693, 694
Itaboraí, Visconde de (v. Rodrigues Tôrres, Joaquim José)
Itanhaém, Marquês de (v. Souto Maior, Inácio Pinto de Andrade)

J

Jaceguai, Barão de (v. Silveira da Mota, Artur)
Jacuí, Barão de (v. Abreu, Francisco Pedro)
Jardim, Felismina Leopoldina — 655
Jardim, Gabriel — 654
João VI, Dom — 510, 511, 718
Joinville, Princesa de (v. Francisca, Dona)
Joinville, Príncipe de (v. Orleans, Francisco Ferdinando de)
Jornais
— A Bahia Ilustrada — 566
— A Federação — 678, 690
— A Luta — 663
— A Luz — 565
— A Primavera — 561
— A Província de S. Paulo — 659, 663
— A Semana — 633
— A Tribuna Liberal — 609, 657
— Cidade do Rio — 598, 601, 602
— Correio Mercantil — 569, 575, 577, 582
— Correio Paulistano — 663
— Diário de Notícias — 601
— Diário de Pernambuco — 563
— Diário do Rio de Janeiro — 569, 609
— Diário Oficial — 582, 713
— Diário Popular — 663
— do Brasil — 614, 617
— do Commercio — 577, 582, 617
— do Recife — 561
— Gazeta de Notícias — 593
— Gazeta da Tarde — 593, 595, 598
— Ipiranga — 609
— Labarum Litterario — 654
— Nôvo Tempo — 574
— O Futuro — 562
— O Globo — 611
— O País — 601, 679
— Reforma — 610
José Bonifácio, o môço (v. Andrada e Silva Jr., José Bonifácio)
Junqueira Freire, Luís José — 562

L

Lacerda, Cabo Chico Diabo, João Francisco — 538
Ladário, Barão de — (v. Costa Azevedo, José da)
Lages, Viscondessa de (v. Almeida Tôrres, Caetana de)
Lamenha Lins, Bento José de — 699
Lavalleja, Juan Antonio — 527
Leite Pacheco, Manuel Antônio — 517
Lemos, Miguel — 658, 677
Leopoldina Teresa, Princesa — 622, 623, 624, 626, 629, 630, 678
Leuchtenberg, Amélia de — 622, 718
Lima, Plínio de — 565
Lima e Silva, Francisco — 510, 518
Lima e Silva, João Manuel de — 514
Lima e Silva, José Joaquim — 510, 517
Lima e Silva, Luís Alves de — 502, 509 a 524, 530, 531, 533, 538, 550, 554, 556, 578, 579, 585, 629, 674, 689
Lima Lisboa, Eufrásia de — 550, 554
Lôbo, Aristides — 508
Lôbo Botelho, João Carlos — 699
Lôbo de Sousa, Bernardo — 549
Lopes Anjos, Sinhá — 569
López, Carlos Antônio — 533
López, Francisco Solano — 521, 522, 533, 534, 537, 538, 554, 581, 582, 585, 629, 689, 707
Loreto, Barão de (v. Meneses Dória, Franklin Américo de)
Lucena, Barão de (v. Pereira de Lucena, Henrique)

M

Macaúbas, Barão de (v. Borges, Abílio César)
Macedo Costa, Antônio de — 587
Machado de Assis, José Maria — 567, 569, 609
Maciel Pinheiro, Luís Ferreira — 562, 563, 565, 567
Maçonaria — 507, 587
Madeira de Melo, Inácio Luís — 542, 545, 574
Magalhães, Olindo de — 617
Magalhães Jr., Antônio Valentim — 656, 657
Mallet, Pardal — 601, 710, 711
Maria Amélia, Dona — 625
Maria da Glória, Dona — 625, 718
Mariath, Frederico — 512
Marques de Sousa, Manuel — 518
Marques Lisboa, Almirante Tamandaré, Joaquim — 521, 534, 537, 541 a 556, 581, 585, 644, 702, 718, 726
— seus filhos: Joaquim, Francisco de Borja, Isabel, Maria Eufrásia, Francisca
Marques Lisboa, Francisco — 542
Marques Lisboa, Manuel — 542, 545, 553
Martim Francisco, o môço (v. Andrada e Silva Jr., Martim Francisco)
Martins da Fonseca, Barão de Alagoas, Severiano — 685, 686, 687, 693
Martins Tôrres, Alberto de Seixas — 664
Maurity, Antônio Joaquim Cordovil — 552
Melo, Custódio José de — 699, 700, 713, 714, 715, 717, 726, 729, 730
Melo e Tôrres, Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama — 718
Meneses Dória, Barão de Loreto, Franklin Américo de — 614
Mendonça, Luís de — 609
Mendonça Lima, Alcides — 657
Metelo, José Maria — 709
Mitre, Bartolomé — 528, 531, 534, 581, 644, 707
Monteiro João Carlos — 589, 597
Monteiro, Tobias — 694
Morais, Prudente de (v. Morais Barros, Prudente José de)
Morais Barros, Prudente José de — 507, 589, 602, 614, 663, 697, 698, 710, 716, 730
Muller, Lauro — 693
Muritiba, Marquês de (v. Vieira Tosta, Manuel)

N

Nabuco de Araújo, Joaquim Aurélio Barreto — 567, 569, 598, 601, 605 a 620, 650, 652, 679
Nabuco de Araújo, José Tomás — 606, 607, 613
Negreiros, Visconde de Niterói, Francisco de — 586
Nemours, Duque de (v. D'Orleans, Luís)
Néri, Ana — 551
Niterói, Visconde de (v. Negreiros, Francisco de Paula)
Nogueira da Gama, Barão de Santa

Mônica, Francisco Nicolau Carneiro — 522
Nogueira da Gama, Luísa de Loreto Viana Lima — 511, 514
Nunes Ribeiro, Demétrio — 682, 684, 696, 697

O

Olinda, Marquês de (v. Araújo Lima, Pedro de)
Oliveira, Cândido Maria de — 670, 697
Oliveira Belo, Cândida — 510
Oribe, Manuel — 518, 528, 533, 553, 577
Orleans, Príncipe de Joinville, Francisco Ferdinando de — 551
Orleans e Bragança, Pedro de — 633
Osório, Ana Joaquina — 525
Osório, Marquês de Hervai, Manuel Luís — 502, 510, 522, 525 a 538, 544, 554, 644, 707
— seus filhos: Manuela, Francisco, Fernando e Adolfo
Ouro Prêto, Visconde de (v. Assis Figueiredo, Afonso Celso de)
Ottoni, Cristiano Benedito — 638, 648
Ottoni, Teófilo Benedito — 517, 609

P

Paraná, Marquês de (v. Carneiro Leão, Honório Hermeto)
Paranaguá, Marquês de (v. Vilela Barbosa, Francisco)
Partidos
— conservador — 585, 613, 617, 635, 686
— federalista gaúcho — 713
— liberal — 530, 533, 540, 585, 609, 610, 613, 615, 686, 709, 713
— republicano — 610, 658, 662, 664, 666, 668, 677, 710, 716
— republicano paulista (PRP) — 507, 508
Patrocínio, José do — 589 a 604, 650, 652
Patrocínio, Justina Maria do — 589, 590
Paula Sousa e Melo, Francisco — 686
Pedro I, Dom — 510, 513, 522, 541, 542, 545, 549, 718
Pedro II, Dom — 512, 517, 522, 530, 531, 540, 549, 551, 553, 554, 556, 579, 587, 597, 598, 609, 622, 623, 624, 625, 626, 629, 630, 633, 634, 635, 636, 643, 644, 646, 661, 674, 677, 678, 690, 693, 694, 699, 718, 723, 726
— maioridade de — 514
Peixoto, Floriano — 508, 684, 697, 698, 699, 700, 701 a 716, 726, 727, 729, 730, 731
— seus filhos: José e Maria
Peixoto, Josina — 707
Pelotas, Visconde de (v. Correia da Câmara, José Antônio)
Pena, Afonso — 609
Penedo, Barão de (v. Carvalho Moreira, Francisco Inácio)
Pereira da Silva, Teodoro Machado Freire — 586
Pereira de Lucena, Barão de Lucena, Henrique — 690, 698, 699, 710
Pereira de Sousa, João Francisco — 732
Pereira Passos, Francisco — 618
Peri, Adelina — 648
Pio IX, Papa — 587
Pinto de Campos, Joaquim — 586
Pombal, Marquês de (v. Carvalho e Melo, Sebastião José de)
Pompéia, Raul d'Ávila — 561
Ponte, Conde da (v. Melo e Tôrres, João de Saldanha da Gama)
Porchat, Henrique — 658
Positivismo — 674, 675, 677
Prado, Antônio — 614, 616, 635

Q

Queirós Coutinho Matoso da Câmara, Eusébio de — 610
Questão Christie — 517, 642
Questão Militar — 506, 507, 661, 664, 678, 681, 690
Questão Religiosa — 506, 507, 586, 587, 664
Quintanilha Jordão, Polidoro da Fonseca — 641, 642

R

Ramis Galvão, Benjamim Franklin — 633
Rangel Pestana, Francisco — 659, 660, 661, 663
Rebouças, André Pinto — 595, 630, 636, 637 a 652
Rebouças, Antônio Pereira (pai) — 638, 639
Rebouças, Antônio Pereira (filho) — 638, 642, 649
Regência Trina Provisória — 513, 517, 549
Rêgo Barros, Sebastião de — 514
Regueira Costa, João Batista — 565
República
— Campanha republicana — 506, 507, 659, 661, 693 a 697, 708
— e federação — 507
— Manifesto republicano (1870) — 507, 610
— Proclamação da — 601, 617, 636, 668, 682, 694, 697, 713, 723
Revista Literária — 565
Revoltas
— Abrilada — 549
— Balaiada — 514, 550
— Cabanagem — 514, 549
— da Armada — 602
— de Alagoas — 685
— Farroupilha — 514, 517, 528, 530, 550
— Federalista Gaúcha — 699, 727
— Francesa — 658
— Praieira — 502, 552, 563, 577, 686, 687
— Sabinada — 514, 550
Ribeiro, Antônio João — 530, 533
Ribeiro, Bento Manuel — 518, 527
Ribeiro, Demétrio — 508
Ribeiro de Avelar, Joaquim — 625
Ribeiro de Sousa, Joaquim Augusto — 569
Rio Apa, Barão de (v. Galvão, Antônio Enéias Gustavo)
Rio Branco, Visconde do (v. Silva Paranhos, José Maria da)
Rio Branco, Barão do (v. Silva Paranhos Jr., José Maria da)
Rivera, José Frutuoso — 527, 530, 533
Rocha Vieira, Francisco Sabino da — 514
Rodrigues, Manuel Jorge — 549
Rodrigues Alves, Francisco de Paula — 568, 569, 609, 617
Rodrigues de Alvarenga, Albino — 590
Rodrigues Fernandes Chaves, Alfredo — 678, 690
Rodrigues Tôrres, Visconde de Itaboraí, Joaquim José — 609, 610
Roosevelt, Theodore — 617
Root, Elihu — 617, 618
Rosas, Juan Manuel de — 518, 521, 528, 530, 533, 553, 577
Rothschild, Barão Lionel de — 611

S

Sá Barreto, Ana Benigna de — 606
Saião Lobato, André Negreiros de — 586, 673
Saldanha Marinho, Joaquim — 609, 614, 662, 664, 677, 678, 697, 699
Saldanha da Gama, José de — 718, 721
Saldanha da Gama, Luís Filipe de — 700, 714, 717 a 732
Sampaio Ferraz, João Batista de — 664, 666
Santa Mônica, Barão de (v. Nogueira da Gama, Francisco Nicolau Carneiro)
Santana Lopes, Rosa de — 622, 629
Santos, Cristóvão dos — 590
Santos, Felício dos — 614
Santos, Visconde de Ibituruna, João Batista dos — 590
Santos, Luís Cornélio dos — 561, 570
Santos Dumont, Alberto — 604
Saraiva, Gumercindo — 713, 714, 729, 730
Saraiva, José Antônio — 597
Saxe, Duque de (v. Saxe, Augusto de)
Saxe, Augusto de — 625, 626, 644
Scott, Walter — 630
Sena, Emiliano Rosa de — 593
Sena, Maria Henriqueta — 593
Sena Madureira, Antônio — 664, 666, 690
Seixas, Maria Joaquina Dorotéia de — 517
Serra, Joaquim — 614
Serzedêlo Correia, Inocêncio — 679, 681, 700, 708, 713
Shepperd, James — 546
Silva Borges, Manuel Luís da — 525, 527, 530
Silva Castro, José Antônio — 566
Silva Ferraz, Ângelo Muniz da — 644
Silva Guimarães, Bernardina Joaquina de — 670, 671
Silva Jardim, Ana Margarida — 658, 666, 667
Silva Jardim, Antônio de — 507, 653 a 668
— seu filho: Danton Condorcet — 658
Silva Neto, Antônio da — 677
Silva Paranhos, Agostinho da — 574
Silva Paranhos, Antônio da — 574, 575
Silva Paranhos, João da — 574
Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco, José Maria da — 574, 611, 617, 707
Silva Paranhos, Josefa Emerenciana da — 574
Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, José Maria — 573 a 588, 613
— seus filhos: Maria Luísa, Augusta Amélia, João Horácio, Amélia Augusta, Pedro Maria, Luísa Teresa e Alfredo
Silva Prado, Barão de Iguape, Antônio da — 569
Silva, Rodrigo Augusto da — 598, 617
Silva Santiago, Joaquim José da — 549
Sodré e Silva, Lauro Nina — 716
Silva Tavares, Francisco da — 713
Silva Xavier (Tiradentes), Joaquim José da — 654, 667
Silveira Lôbo, Aristides da — 682, 692
Silveira Martins, Gaspar da — 614, 713, 717, 727, 730, 731
Silveira da Mota, Barão de Jaceguai, Artur — 678, 707
Sinimbu, Visconde de (v. Cansansão de Sinimbu, João Lins Vieira)
Simon, Jules — 610
Soares de Meireles, Pedro Rodrigues — 630
Soares de Sousa, Visconde de Uruguai, Paulino José — 577, 578, 610, 635
Soares Neiva, João — 707
Soares Ribeiro, Evelina Tôrres — 615, 617
Sousa Araújo, José Ferreira de — 593
Sousa Bocaiúva, Quintino de — 508, 579, 597, 601, 609, 662, 664, 677, 678, 682, 692, 693, 694, 699
Sousa Correia, Artur de — 617
Sousa Dantas, Rodolfo — 589, 598, 614
Sousa Lima, José Antônio de — 590
Sousa Meireles, Marlana Cecília — 687
Souto Maior, Marquês de Itanhaém, Inácio Pinto de Andrade — 625

T

Tamandaré, Almirante (v. Marques Lisboa, Joaquim)
Tambeiro, Salvador (v. Seixas, Salvador)
Taunay, Alfredo d'Escragnole — 643, 652
Tautphoeus, Barão de (v. Hermann, Joseph)
Tavares Bastos, José — 609
Taylor, John — 543, 545, 549
Teixeira Jr., Jerônimo José — 585
Terceira Conferência Pan-Americana — 617, 618
Teresa Cristina, Dona — 553, 626
Thiers, Louis Adolphe — 610, 611
Tobias de Aguiar, Rafael — 517
Tocqueville, Alexis Charles Henri Maurice — 630
Trinci Murri, Agnèse — 566, 572
Trovão, José Lopes da Silva — 663, 667, 697

U

União Pan-Americana — 617
Urquiza, Justo José de — 518, 533, 644
Uruguai, Visconde de (v. Soares de Sousa, Paulino José)

V

Vaux, Clotilde de — 674, 675
Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos — 594
Vieira de Carvalho, Alexandre — 670
Vieira Tosta, Marquês de Muritiba, Manuel — 552
Vigny, Alfred de — 558
Vila-Nova, João — 593
Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá, Francisco — 541
Villalba, Tomás — 581
Vitor Emmanuel II — 617

W

Wandenkolk, Eduardo — 601, 682, 692, 694, 699, 711, 727, 729
Wanderley, Barão de Cotegipe, João Maurício de — 578, 582, 633, 635, 659, 690, 696, 709

FIM DO IMPÉRIO: REPÚBLICA

1865 - 1893



NO FIM DO CICLO DO OURO, TÔDA A ÁREA LIGADA ÀS ATIVIDADES MINEIRAS ENTROU EM DECADÊNCIA. A ECONOMIA BRASILEIRA PERMANECEU SEMI-ESTAGNADA ATÉ MEADOS DO SÉCULO XIX. A RETOMADA DO PROGRESSO COINCIDE COM O APOGEU POLÍTICO DO IMPÉRIO. A TELA DE OSCAR PEREIRA DA SILVA, CONFORME DESENHO DE HÉRCULES FLORENCE, MOSTRA CANOAS DE UMA MONÇÃO EM PORTO FELIZ, A CAMINHO DE CUIABÁ, NO ANO DE 1826, ÉPOCA DA DECADÊNCIA — MUSEU PAULISTA.

Ao terminar, em 1849, a rebelião *Praieira* em Pernambuco, encerrava-se também o ciclo das revoluções regionais que afetaram a estabilidade do Império. Dom Pedro II, no exercício do poder moderador, garantia o pleno funcionamento das instituições criadas a partir da Regência: o sistema bipartidário, o Senado vitalício, a centralização governamental e, através dêles, o equilíbrio entre os diferentes interêsses provinciais.

A economia brasileira, saindo da prolongada crise que a atingira desde o fim da época colonial com a decadência da mineração, conhece, a partir de 1850, um surto de prosperidade que, em princípio, facilita e favorece a estabilização política do Império.

As exportações, das quais o Brasil dependia diretamente, duplicam em dez anos (1851/60) e depois disso continuam a aumentar ràpidamente, criando as divisas imprescindíveis para que o país pudesse importar os produtos necessários à sua modernização, como material ferroviário, equipamento portuário, etc. A balança de pagamentos, que apresentava um deficit crônico, passa a deixar um progressivo saldo:

Comércio externo por decênios

decênios	*valor da exportação*	*valor da importação*	*saldo*
	(em milhares de libras-ouro)		
1821-30	39 097	42 504	— 3 407
1831-40	45 205	54 291	— 9 086
1841-50	54 680	60 999	— 6 319
1851-60	102 007	115 280	— 13 273
1861-70	149 433	131 866	17 567
1871-80	199 685	164 929	34 756
1881-90	220 725	192 361	28 364

Além disso, antes de 1850, boa parte do capital disponível no Brasil era imobilizado na compra de mão-de-obra escrava, e o dinheiro pago aos traficantes — a maior parcela — evadia-se do país.

Com a efetiva proibição do tráfico, essa renda passou a ser aplicada em outros investimentos, não só na expansão e no aprimoramento técnico da lavoura e setores a ela ligados, mas também em bancos, ferrovias, transporte naval, melhoramentos urbanos, indústrias, comércio interno.

Florescem negócios e empreendimentos vários. É verdade que a indústria não se consolida e o esfôrço pioneiro de um Mauá e poucos mais não é imediatamente recompensado. Mas, de qualquer forma, aquelas atividades alteram a própria aparência do país. Um exemplo é o das ferrovias, que até 1864 somavam 475 km e depois tiveram um rápido crescimento:

1870	1 000 km
1875	1 801 "
1883	4 865 "
1889	9 583 "

A rêde de telégrafo passa de 187 km em 1864 para 6 286 em 1875 e 18 925 no ano da proclamação da República. A navegação a vapor se estenderá por todo o litoral, de norte a sul, e ainda pelos rios Paraná e Paraguai, Amazonas, São Francisco e muitos outros. A manutenção do regime escravocrata impedia a existência de um comércio interno significativo, mas um sistema de comunicações aos poucos já ia surgindo.



AS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇUCAR CULTIVADAS NO NORDESTE DESDE O SÉCULO XVI DESEMPENHAVAM UM PAPEL CADA VEZ MENOR NO CONJUNTO DA ECONOMIA. "CARRO DE BOI" É UM ÓLEO DE FRANS POST, DE 15 DE AGÔSTO DE 1638, DA EXPOSIÇÃO DOS PINTORES DE NASSAU. MUSEU DE ARTE MODERNA, RIO DE JANEIRO, GB.

A Guerra do Paraguai

Entretanto, tôda essa vitalidade econômica permanece oculta durante os anos da Guerra do Paraguai. Nos cinco anos que duraram os combates, a estrutura do país revelou seus pontos débeis.

Para essa guerra de grandes proporções foi preciso um amplo recrutamento para o Exército regular, o que mostrou a fraqueza de uma sociedade amparada pelo trabalho escravo: a massa de homens ativos do país, que teria a obrigação de defendê-lo contra o inimigo externo, era composta de párias aos quais não se reconhecia nenhum direito humano. Os problemas do Exército não escaparam aos chefes militares, como Osório e Caxias, que tomaram uma série de medidas visando ao reaparelhamento e modernização das fôrças brasileiras. Essas soluções, entretanto, não poderiam alterar imediatamente a capacidade de luta de uma grande massa.

E para Solano López uma vitória rápida era indispensável. A pobreza de recursos naturais em seu país tornava premente uma campanha ofensiva que, de início, lhe garantisse uma saída para o mar e com ela a possibilidade de obter auxílio externo. Foi o que tentou no primeiro ano da guerra. Mas já a partir de 1866 — um ano depois —, os combates voltam ao solo guarani. Estava selada a sorte da guerra. Incapazes de retornar à ofensiva, os paraguaios tinham, no entanto, um sistema de fortificações que obrigou o Brasil e aliados a mais quatro anos de concentrados esforços para encerrar definitivamente a luta.

E uma conflagração tão longa, travada além das fronteiras do país, denunciava outra fraqueza em suas bases econômicas: voltado para o mercado externo, o Brasil não dispunha de meios de comunicação que permitissem uma razoável integração entre suas partes. A sustentação dos exércitos no sul era sempre demorada, deficiente, precária. Tão difícil como a conquista das fortalezas inimigas era a luta contra a falta de alimentos, agasalhos e munições.

Mas enfim a vitória trouxe a consagração e o prestígio do nôvo exército. E êsse prestígio terá profundas conseqüências na história política do Brasil. Ao contrário da Guarda Nacional, o Exército era formado em sua maioria por homens das camadas sociais menos abastadas e sem voz nos organismos do poder político. O Exército foi um meio de ascensão social para as famílias de fazendeiros arruinados, para as populações pobres das cidades. Prestigiados com a vitória na guerra e sensíveis às fraquezas da estrutura social e política brasileira, os militares começarão a intervir nos debates políticos, defendendo a extinção do regime escravocrata e a descentralização administrativa, através de um sistema de federação.

A grande prosperidade

A Guerra do Paraguai não permitiu que a prosperidade econômica do país se manifestasse plenamente. Mas justamente o fim do conflito mostrou a pujança econômica que havia por trás das dificuldades financeiras produzidas com os custos da guerra. Reorientados os gastos governamentais e os recursos e energias da nação, os anos que se seguem assinalam um crescimento considerável na produção e no comércio.

Entretanto, êsse fenômeno não atingia todo o país. Ao contrário, a antiga opulência de todo o norte — desde a Bahia até o Maranhão e o Pará — dera lugar à estagnação e mesmo à decadência. O fumo, produzido principalmente na Bahia, entrou em crise com o fim do tráfico negreiro, pois seus compradores principais eram os próprios traficantes, que o trocavam por escravos nas costas africanas. Finalmente, o açúcar, que sustentara por três séculos a riqueza do nordeste, enfrentava dificuldades intransponíveis, e seus compradores externos restringiam-se cada vez mais. Na Europa, generalizava-se o uso do açúcar extraído da beterraba, os inglêses continuavam desfrutando da produção antilhana, os Estados Unidos aumentavam suas plantações na Louisiana. Como se não bastasse, o açúcar cubano, mais barato, passava de 20 mil toneladas exportadas nos fins do século XVIII para mais de 300 mil na metade do XIX.

A prosperidade do país, na verdade, ia sendo financiada pelo café, que fôra levado em maior escala ao Pará, em 1727, por iniciativa do Sargento-mor Francisco de Melo Palheta. Em 1731 têm-se as primeiras notícias de partidas de café brasileiro do Maranhão para Lisboa. Mas durante um longo tempo êle não tem nenhuma importância comercial, pois o consumo internacional do café só se expandiu no correr do século XIX e o pequeno consumo europeu era satisfeito pela produção das colônias inglêsas (as Índias Ocidentais) ou holandesas (Java, Sumatra). Durante o século XVIII, o café disseminara-se por todo o Brasil, mas sua produção visava ao consumo interno.

No início do século XIX, novos fatôres vão estimular extraordinàriamente a lavoura cafeeira. De um lado, expande-se o mercado externo: os Estados Unidos, procurando novos centros fornecedores de artigos de consumo, aumentam suas encomendas de café. Em meados do século, 50 por cento das vendas de café brasileiro são feitas aos Estados Unidos. E há abundância de recursos para uma cultura em larga escala do nôvo produto de exportação. Com a decadência da mineração, ficavam disponíveis braços escravos e capitais acumulados nas minas, que afluíram para o nôvo empreendimento: o café já se revelava altamente lucrativo.



NO RIO DE JANEIRO, E MAIS TARDE EM SÃO PAULO, OS ENGENHOS DE AÇÚCAR FORAM DESAPARECENDO, SUBSTITUÍDOS POR INSTALAÇÕES DE BENEFICIAR CAFÉ. A REPRODUÇÃO É DE UMA GRAVURA DE RUGENDAS — BIBLIOTECA MUNICIPAL — S. PAULO.



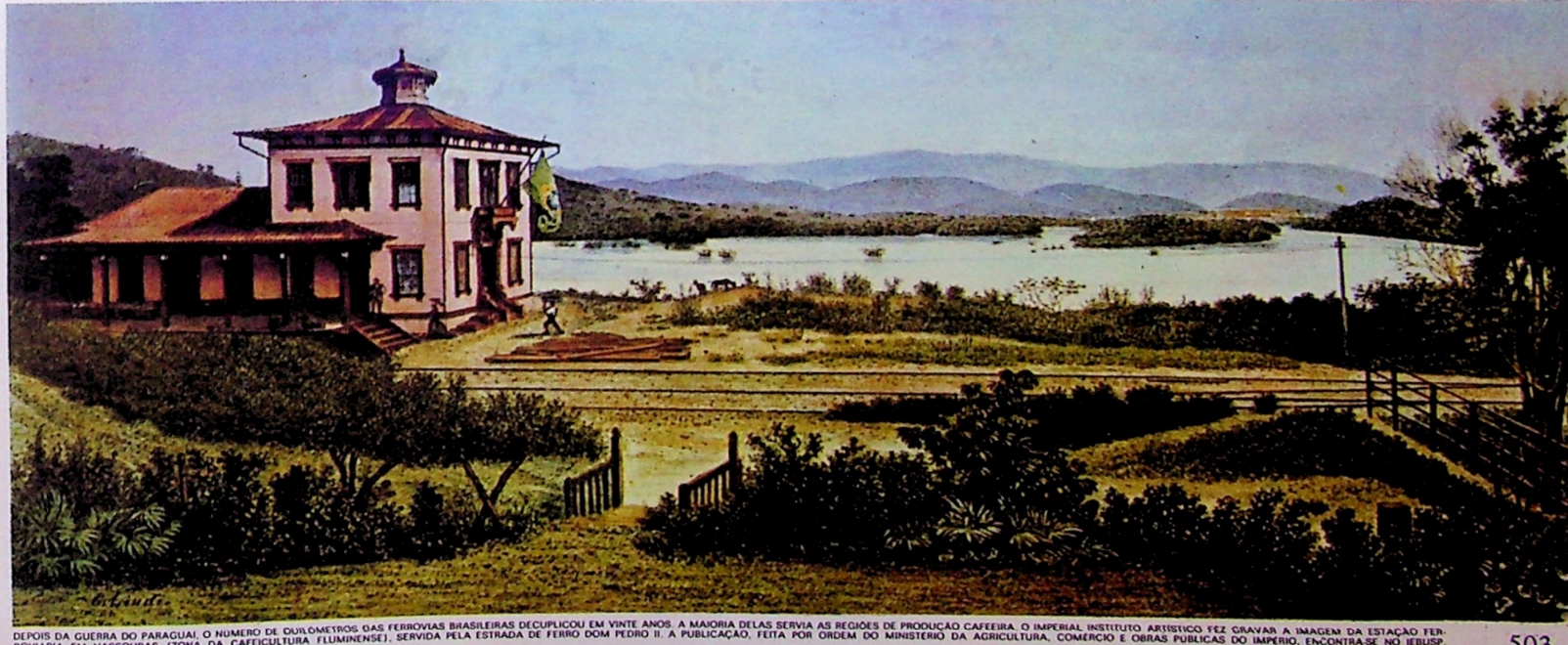
DEPOIS DE ESTANCADO O TRÁFICO DE ESCRAVOS AFRICANOS (1850), OS FAZENDEIROS DO SUL PASSARAM A COMPRÁ-LOS NO NORDESTE DECADENTE. CARAVANAS DE NEGROS PERCORRIAM O LITORAL, RUMO AO VALE DO PARAÍBA. RUGENDAS, BIBL. MUN. SP.

Tais capitais seriam empregados nas terras em tôrno da capital do país. Os cafèzais erguem-se primeiro nos arredores do Rio (Tijuca), depois junto às estradas que ligavam as minas ao pôrto do Rio, e a seguir espalham-se pela baixada fluminense e pelo vale do Paraíba. Esta região seria entre 1850 e 1880 a maior produtora mundial de café, declinando ràpidamente em seguida, com os cafèzais procurando novas zonas em São Paulo.

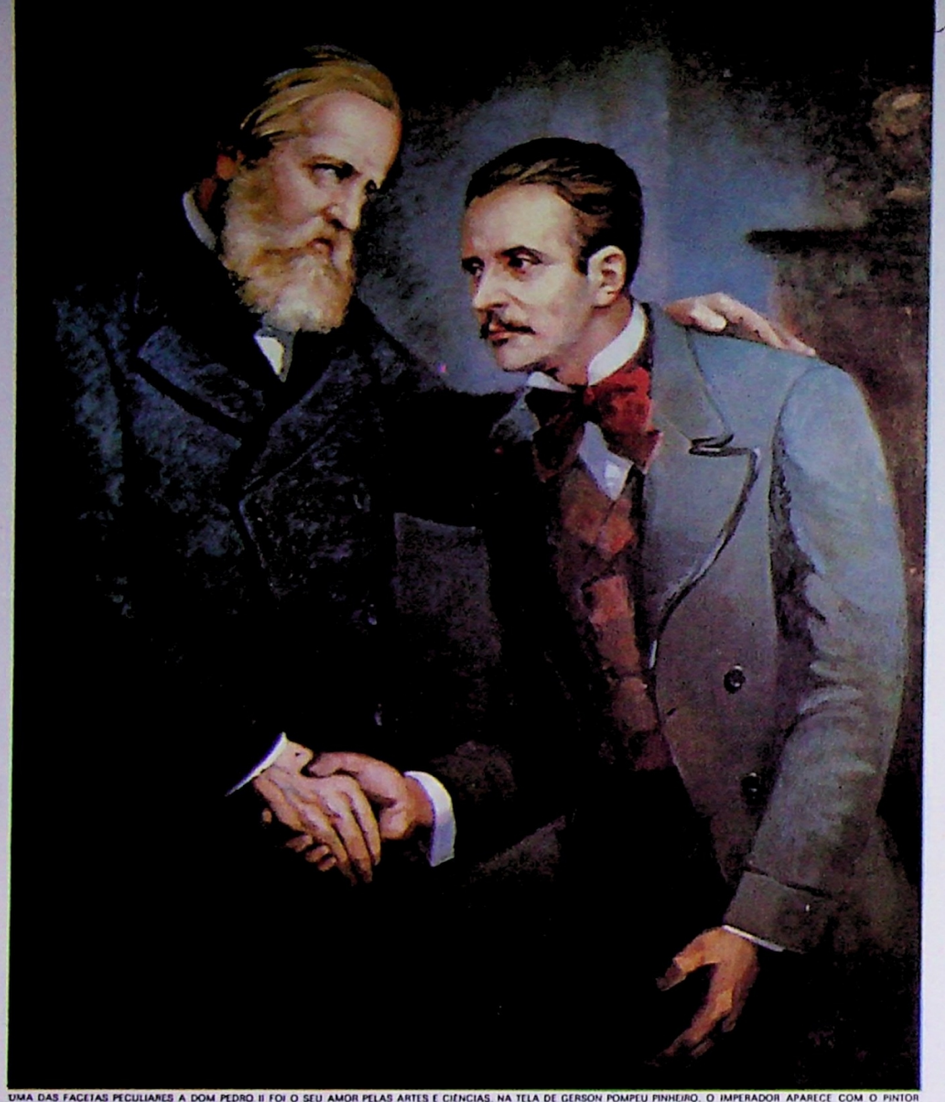
O mercado externo solicitava uma produção sempre maior. Em 1779, o Rio de Janeiro, então o principal produtor, exportou apenas 79 arrôbas; em 1796 a quantia já se elevou para 8 500 e em 1806 pulou para 82 mil. Daí em diante, a progressão foi ainda mais acelerada. Para as terras do café afluíram os recursos do país. Na primeira metade do século, o cultivo se desenvolveu com a mão-de-obra e os capitais vindos da mineração em decadência, mas na segunda metade seu crescimento já provinha de outras fontes. Começou a atrair mão-de-obra excedente no nordeste, onde os usineiros em dificuldades vendiam seus escravos para os fazendeiros do sul, que não hesitavam em investir sempre mais dinheiro numa produção promissora.

O café mudava o eixo econômico do país. Nos dois primeiros séculos, fôra o nordeste, no terceiro, o sertão mineiro, e agora o centro-sul.

Essa alteração não é de interêsse simplesmente geográfico. Ela implicará uma mudança nos próprios fundamentos sociais do regime. É que as instituições políticas dominantes na monarquia tinham-se formado a partir da Regência com os homens e as idéias provenientes das áreas econômicas antes hegemônicas. A região cafeeira do oeste paulista ainda não tivera tempo de produzir seus grandes expoentes políticos e tinha uma fraca representação na cúpula dos partidos, no Senado, no Conselho de Estado. E tudo na monarquia contribuía para que essas instituições resistissem o mais possível às necessidades de mudança. O Conselho de Estado era um órgão vitalício, composto por homens de confiança do monarca, que o assistiam na resolução das principais questões de govêrno. As vagas do Senado, também vitalício, eram preenchidas através de uma lista tríplice — os três candidatos mais votados —, da qual o imperador nomeava o preferido. E mesmo as eleições davam sempre a vitória ao partido que a organizava. Assim, o Imperador, usando seu poder moderador, dissolvendo a Câmara e entregando a um ou outro partido a organização do nôvo pleito, determinava pràticamente o futuro partido dominante. Por isso também os partidos eram modelados pela vontade im-



DEPOIS DA GUERRA DO PARAGUAI, O NÚMERO DE QUILÔMETROS DAS FERROVIAS BRASILEIRAS DECUPLICOU EM VINTE ANOS. A MAIORIA DELAS SERVIA AS REGIÕES DE PRODUÇÃO CAFEEIRA. O IMPERIAL INSTITUTO ARTÍSTICO FEZ GRAVAR A IMAGEM DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA EM VASSOURAS (ZONA DA CAFEICULTURA FLUMINENSE), SERVIDA PELA ESTRADA DE FERRO DOM PEDRO II. A PUBLICAÇÃO, FEITA POR ORDEM DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS DO IMPÉRIO, ENCONTRA-SE NO IEBUSP.



UMA DAS FACETAS PECULIARES A DOM PEDRO II FOI O SEU AMOR PELAS ARTES E CIÊNCIAS. NA TELA DE GERSON POMPEU PINHEIRO, O IMPERADOR APARECE COM O PINTOR ALMEIDA JUNIOR, A QUEM ACABARA DE CONCEDER UMA PENSÃO PARA QUE PUDESSE CONTINUAR SEUS ESTUDOS. ESCOLA NACIONAL DE BELAS-ARTES — RIO DE JANEIRO, GB.

perial. Essas características é que faziam da monarquia uma organização política essencialmente conservadora.

Os cafeicultores paulistas da zona nova não recebiam um poder político correspondente à sua importância econômica e, na busca de autonomia regional, tentando obter liberdade para tomar suas próprias decisões, passaram a propugnar pelo estabelecimento de uma federação, composta de unidades semi-autônomas. E, se a figura centralizadora do monarca era obstáculo a essa idéia, que se extinguisse o Império, proclamando a República.

A abolição da escravatura

O grande crescimento econômico da segunda metade do século acabou esgotando as possibilidades de uso do braço escravo. Em 1850, a massa de escravos no país não alcançava 2 milhões de indivíduos. Cessando o tráfico, o aumento do número de escravos dependia do crescimento vegetativo. Ora, devido às condições de vida, com elevadíssima taxa de mortalidade infantil, verificava-se uma tendência à diminuição do número de escravos.

A expansão da lavoura cafeeira teria que esbarrar com os limites de uma fôrça de trabalho que não acompanhava as possibilidades de crescimento dadas pela abundância de terras, pelo mercado em ampliação, pelos capitais multiplicados com os lucros em ascensão.

Adquirir escravos das lavouras decadentes no nordeste revelava-se uma solução precária. A longo prazo, a transferência de braços para o sul dificultava ainda mais a economia nordestina. E o sul também não poderia encarar tal transferência interna como solução satisfatória, pois, como a procura aumentava sempre e a oferta permanecia estagnada, havia a forte tendência ao aumento do preço dos escravos.

Alguns fazendeiros de visão mais larga começam a pugnar pela imigração para resolver a falta de mão-de-obra, percebendo que o trabalho assalariado permitiria liberar para outros setores o capital antes empregado na compra de escravos.

A imigração de trabalhadores para as grandes fazendas amplia-se na década de 60. O regime de trabalho era o seguinte: o colono cuidava de um certo número de pés de café e por êsse trabalho recebia um salário anual fixo, além de outro, variável, em função do volume da colheita. A viagem para o Brasil, a partir de 1870, era paga pelo govêrno. O fazendeiro comprometia-se a pôr à disposição do imigrante um pedaço de terra para que êle fizesse sua plantação de subsistência. Como na época a Itália passava por grande crise social e política, conjugam-se os fatôres para o início de uma grande corrente imigratória para o Brasil. Em 1876, entram 7 000 italianos no país, no ano seguinte 13 000, e chegarão a 184 000 no decênio subseqüente.

Os mais prósperos fazendeiros de café já viam no braço livre a solução para o problema da escassez de mão-de-obra. Mas a imigração era limitada pela persistência do regime escravocrata.

Os cafeicultores das *zonas novas* de São Paulo interessavam-se cada vez menos em defender o escravismo. Ao contrário, a maioria dêles passa a defender o *emancipacionismo,* ou seja, uma abolição gradual do trabalho escravo.

Enquanto isso, o progresso do país criava também melhores condições para certas camadas urbanas, onde circulavam as idéias liberais e democráticas. Através dos numerosos jornais que surgem na época, os bacharéis e estudantes vão iniciar uma vigorosa campanha pela abolição. A igualdade humana, tida como um ideal da civilização, sofria um golpe rude com a existência do regime servil, que vigorava ainda em apenas dois países ocidentais — Brasil e Cuba. Essa ala urbana, dos *humanistas* — onde pontificaram nomes como José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama —,



OSORIO, POLIDORO, CAXIAS E GASTÃO D'ORLEANS DIRIGIRAM SUCESSIVAMENTE OS BRASILEIROS NA CAMPANHA DO PARAGUAI. VITRAL NO MIN. DO EXÉRCITO.



APESAR DE ESFORÇOS ISOLADOS A INDÚSTRIA NÃO SE DESENVOLVEU. A FUNDIÇÃO DE IPANEMA (SOROCABA), CRIADA POR DOM JOÃO VI, ACABOU POR FECHAR AS PORTAS — FORNOS DA FAZENDA IPANEMA, ÓLEO DE JOSÉ CORREIA DA SILVA — SOROCABA

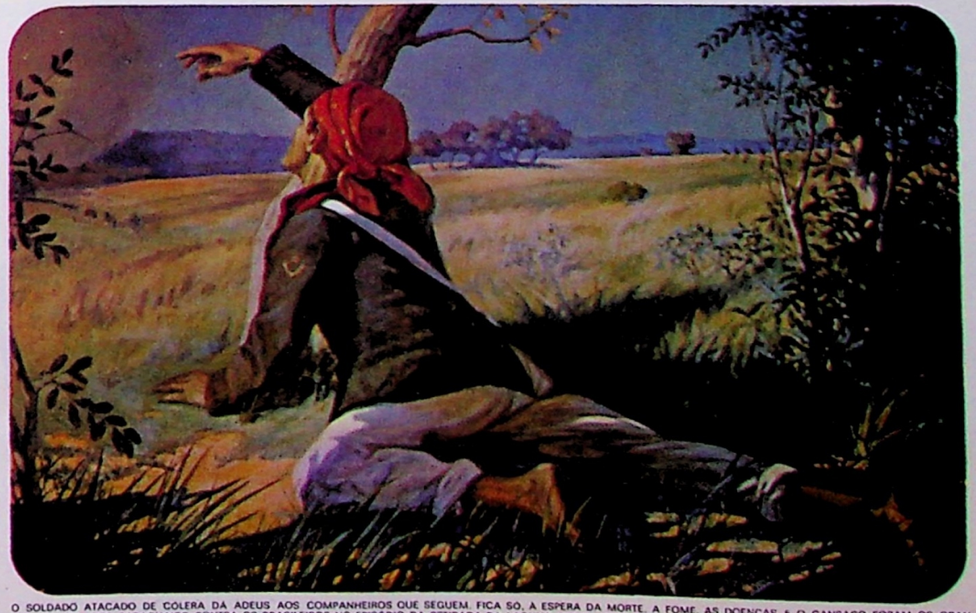
defendia a abolição apoiada nos princípios liberais da dignidade humana. Do Exército e dos novos cafeicultores recebiam apoio, ou beneplácito, que se estendia até setores ligados ao trono, onde tanto o Conde d'Eu como a Princesa Isabel olhavam a abolição com indisfarçável simpatia.

Mas o escravismo teria poderosos defensores nos antigos senhores de terra. Não tendo mais perspectivas de ampliação de suas lavouras, não sofriam o problema da escassez de braços; além disso, eram donos de escravos e opunham-se ao que seria uma desapropriação de um capital adquirido. A resistência será menor no norte decadente, onde os próprios usineiros tinham aos poucos se desfeito de uma parte de sua escravaria maior. No sul, a oposição partia principalmente dos fazendeiros da baixada fluminense e do vale do Paraíba, zonas velhas do café que começam a declinar a partir dos anos 70.

A campanha

Logo após a Guerra do Paraguai, começa a primeira onda de agitação pública em favor da emancipação dos escravos. Aos problemas econômicos da lavoura em expansão somava-se o sentimento — vindo à tona na guerra — do arcaísmo do regime de trabalho escravo. Militares, bacharéis, estudantes, ex-escravos iniciarão um movimento abolicionista. A monarquia procura então tomar algumas medidas para conter os ânimos. O Conselho de Ministros escolhido em 1871, tendo à testa o Visconde do Rio Branco, elabora a Lei do Ventre Livre. E a medida teve, de fato, o poder de aquietar o movimento, satisfazendo aos mais moderados.

O adiamento da abolição após a Lei do Ventre Livre só conseguiu fazer com que a campanha abolicionista voltasse ainda mais vigorosa a partir de 1880. A defesa da escravidão, feita por clubes de lavradores que clamavam contra o perigo dos negros libertos, é cada vez mais sufocada pela onda irresistível do movimento abolicionista: os fazendeiros, ou seus porta-vozes políticos, passam a defender mais ativamente a causa em nome dos interêsses da lavoura, embora manti-



O SOLDADO ATACADO DE CÓLERA DÁ ADEUS AOS COMPANHEIROS QUE SEGUEM. FICA SÓ, À ESPERA DA MORTE. A FOME, AS DOENÇAS E O CANSAÇO FORAM OS GRANDES ALIADOS DOS PARAGUAIOS CONTRA OS BRASILEIROS NO EPISÓDIO DA RETIRADA DA LAGUNA (1867). NESTE ÓLEO DE LOPES LEÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL GB.



NA GRAVURA DE DEBRET, UMA CENA DA VIDA URBANA DOS ESCRAVOS. A PARTIR DE 1870, O PROBLEMA DA ABOLIÇÃO COMEÇOU A SOLAPAR O IMPÉRIO EM SEUS ALICERCES.

vessem a posição "emancipacionista".

Os estadistas do Parlamento que defendiam o fim do regime escravista tinham essa posição. Eusébio de Queirós, antes, e agora o Visconde do Rio Branco, Nabuco de Araújo e outros procuravam avançar na emancipação com todos os cuidados para não se atingir a lavoura e os direitos dos proprietários. Como figura à parte ressalta-se Joaquim Nabuco, de tradicional família de usineiros pernambucanos e defensor intransigente da abolição. O que o distinguia — assim como Rui Barbosa — de homens como Luís Gama e Silva Jardim, é que êstes estimulavam diretamente os escravos à fuga e à luta, enquanto aquêles falavam aos proprietários, procurando ganhá-los para a idéia da abolição.

Em 1880 fundam-se a Sociedade Brasileira contra a Escravidão — dirigida por Nabuco e mais francamente abolicionista — e a Associação Central Emancipacionista, que promovem reuniões públicas, conferências, comícios, editam panfletos distribuídos no país e enviados para o exterior. Os estudantes se movimentam. Os próprios escravos em muitos lugares tomam a iniciativa, promovem motins e fugas em massa. Ajudados por grande parte da população urbana, organizam refúgios para novas fugas.

Em 1885 os políticos moderados tentam outra medida paliativa, como tinham feito catorze anos antes: a Lei dos Sexagenários. Agora, os velhos escravos de mais de sessenta anos eram considerados "livres", justamente quando, alquebrados pelo cativeiro, precisavam mais de assistência que de tal "liberdade". Mas desta vez a iniciativa oficial não podia mais barrar o ímpeto abolicionista. Os militares se recusarão a caçar escravos fugidos. A manutenção do cativeiro, para defender os interêsses de um punhado de fazendeiros mais atrasados, criava uma explosiva crise social. Um número cada vez mais considerável de proprietários ia-se desfazendo dos seus escravos e as autoridades faziam muitas vêzes vistas grossas para os grandes contingentes de escravos fugidos aglomerados nos arrabaldes urbanos. Afinal, em 1888, a Assembléia Geral decide-se finalmente pela abolição.

A campanha abolicionista enfraqueceu a monarquia, mas não porque os escravocratas se tivessem tornado sùbitamente republicanos. A campanha abolicionista desgastou o Império tanto entre abolicionistas como entre escravistas. Aquêles desgostaram-se em geral com a forma lenta e conservadora como a questão tinha sido enfrentada, êstes desgostaram-se quando o Império deixou de resistir às medidas abolicionistas. A Lei Áurea desiludiu os escravocratas, mas foi assinada tarde demais para empolgar os abolicionistas. Os escravocratas não se tornaram todos republicanos, mas abandonaram a monarquia.

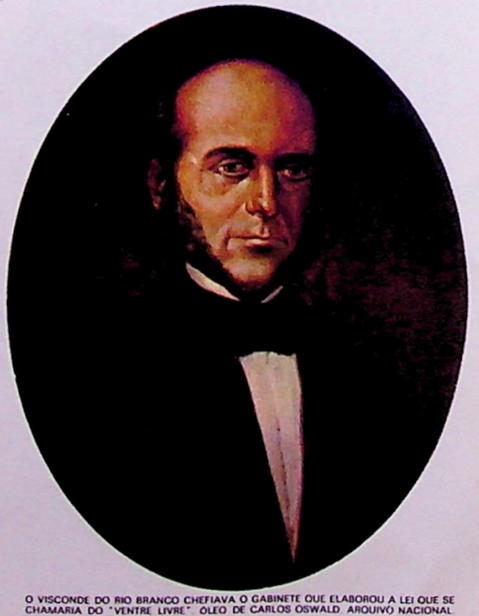
A proclamação da República

Aos desgastes sofridos pelo Império no caso da abolição somavam-se os resultados negativos das chamadas "questões religiosas e militares" e a insatisfação política acumulada com as contínuas intervenções imperiais no jôgo parlamentar.

A "Questão religiosa" não levou a Igreja a aderir aos republicanos, da mesma forma que a abolição não tornou os escravocratas republicanos. Mas teve a importância de enfraquecer os até então sólidos laços que uniam a Igreja Católica com a monarquia brasileira. A monarquia adotava o catolicismo como religião oficial, e o clero era pago pelos cofres públicos; de outro lado, a República aparecia com fortes tinturas positivistas e anticlericais. Mas a atitude do monarca em 1872-74, punindo os bispos e protegendo a maçonaria dos decretos religiosos, estremeceu a tradicional aliança entre a Igreja e o Império.



ISABEL POR VÁRIAS VEZES SUBSTITUIU SEU PAI NA DIREÇÃO DO IMPÉRIO. SEU RETRATO, DE AUTOR ANÔNIMO, ACHA-SE NO PALÁCIO GRÃO-PARÁ, PETRÓPOLIS.



O VISCONDE DO RIO BRANCO CHEFIAVA O GABINETE QUE ELABOROU A LEI QUE SE CHAMARIA DO "VENTRE LIVRE". ÓLEO DE CARLOS OSWALD, ARQUIVO NACIONAL.



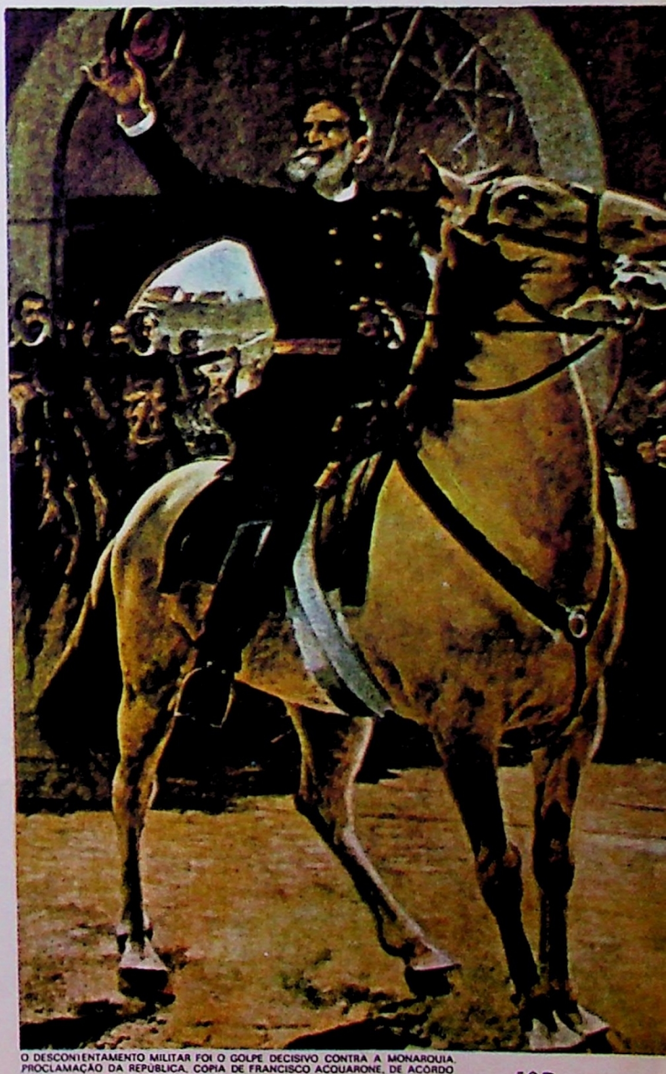
NO CORRER DO SÉCULO XIX, A ZONA NOVA DO CAFÉ PASSOU, CADA VEZ MAIS, A VALER-SE DE IMIGRANTES. ÓLEO DE ANTONIO ROCCO. PINACOTECA DE SÃO PAULO

suas bases e em 1873 funda-se o partido. Sua composição era bastante heterogênea e, para não lhe quebrar a unidade, a plataforma se atinha ao problema da República: questões sociais, como por exemplo a da escravidão, foram sempre contornadas para evitar divisões. No PR paulista prevalecem os elementos conservadores — Prudente, Campos Sales —, representantes da lavoura cafeeira e defensores da transição pacífica. No Rio já se salientam as figuras representativas do radicalismo urbano, tendo à frente Silva Jardim, que via na República uma revolução popular e que procurava organizar as camadas pobres das cidades. Do Rio Grande do Sul retornam as concepções federalistas alimentadas pela particularidade de sua economia e sufocadas durante todo o segundo reinado. Havia ainda a ligação entre o partido e o Exército, feita por Benjamim Constant, que irá transformar o descontentamento militar num golpe decisivo contra a monarquia: o quinze de novembro de 1889.

As "questões militares" resultaram sempre, no fundo, da tentativa da monarquia para impedir as manifestações políticas dos militares. Mas os homens do Exército expressavam um descontentamento generalizado entre a população das cidades, que, embora marginal à política, era sensível ao arcaísmo da monarquia. Muitos dêles integraram-se diretamente na campanha abolicionista e uma das questões resultou justamente da homenagem prestada ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, que se recusara a transportar escravos para o sul. A monarquia não poderia calar os militares sem se opor a profundos sentimentos que êles apenas refletiam. Tais sentimentos encontravam uma forma de expressão na doutrina positivista, que penetrou no Exército através de homens como Benjamim Constant. O apêlo feito a um "pensamento positivo", liberto de "preconceitos religiosos e metafísicos", combinava-se com as aspirações de setores mais ilustrados da sociedade urbana, que queriam se opor ao tradicionalismo rural, apoiado então na religião católica. Defendendo o advento da sociedade industrial e da "ditadura republicana", para expandi-la e regulá-la, o positivismo vai colaborar na agitação republicana.

Os republicanos puderam explorar os grandes pontos fracos do regime monárquico: êle era bàsicamente conservador e incapaz de adaptar-se a uma situação de rápida mudança. Foi-lhe impossível, malgrado os esforços de Joaquim Nabuco, transformar-se na federação reivindicada pelos militares e cafeicultores. Manteve-se como organismo excessivamente centralizado e restrito, incapaz de abarcar os interêsses criados numa sociedade cada vez mais complexa. O poder central podia intervir sistemàticamente nas províncias, que não dispunham de nenhuma autonomia e pouco podiam fazer caso não tivessem representantes políticos na cúpula do Império. Era o caso do Rio Grande do Sul, de onde vinham constantes queixas de que o govêrno central abandonava a pecuária sulina e só se interessava pela agricultura de exportação. Além disso, no correr do segundo reinado, as contínuas intervenções do Imperador no Parlamento revelavam o artificialismo dos dois partidos. Quando o Gabinete liberal de Zacarias cai em 1868, dando lugar a um prolongado domínio conservador, os liberais insatisfeitos criam o Clube Radical. Seu programa não propõe a extinção da monarquia, mas atinge algumas de suas principais instituições: quer a abolição do poder moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado. E a idéia da federação, em oposição ao centralismo monárquico, volta a ser agitada. Rui Barbosa colocaria a alternativa: "Federação ou República". E o Império não teve condições de construir a Federação.

O Partido Republicano surgiria quase como um desdobramento do federalismo liberal. Descrente da possibilidade de liberalizar a monarquia, o federalismo torna-se republicano. O Manifesto Republicano de 1870 lança



O DESCONTENTAMENTO MILITAR FOI O GOLPE DECISIVO CONTRA A MONARQUIA. PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. CÓPIA DE FRANCISCO ACQUARONE, DE ACÔRDO COM ORIGINAL DE HENRIQUE BERNARDELLI — BIBLIOTECA MUNICIPAL DE S. PAULO.



AO MARECHAL DEODORO COUBE A TAREFA DE PROCLAMAR A REPÚBLICA, COMO APARECE NA ALEGORIA DE JOSÉ MÁRIO DE BRITO — COL. DR. DJALMA DA FONSECA HERMES

servador de Custódio de Melo para se aproveitar da crise republicana tira o último apoio de Deodoro, que passa o poder ao seu vice.

Floriano enfrentou um dos períodos mais conturbados da primeira República. Garantindo o poder central contra as várias revoltas, prepara as condições para o funcionamento mais tranqüilo da República, a partir de Prudente de Morais. Em 93 enfrentará a rebelião federalista no Rio Grande do Sul, apoiando-se na "ditadura positivista", de Júlio de Castilhos. Em novembro do mesmo ano Custódio levanta novamente a esquadra. Floriano vence as revoltas, apoiado nas camadas urbanas, empolgadas com os ideais positivistas e jacobinos, e sob a expectativa do PR de São Paulo, que representava os proprietários rurais mais poderosos do país. Êstes viam na ação enérgica de Floriano a garantia de manutenção do poder republicano contra o caudilhismo e o desmembramento.

Finda a ação e o mandato de Floriano, garantida a República contra os restauradores, os cafeicultores, mais poderosos que nunca, estavam prontos para exercer o poder.

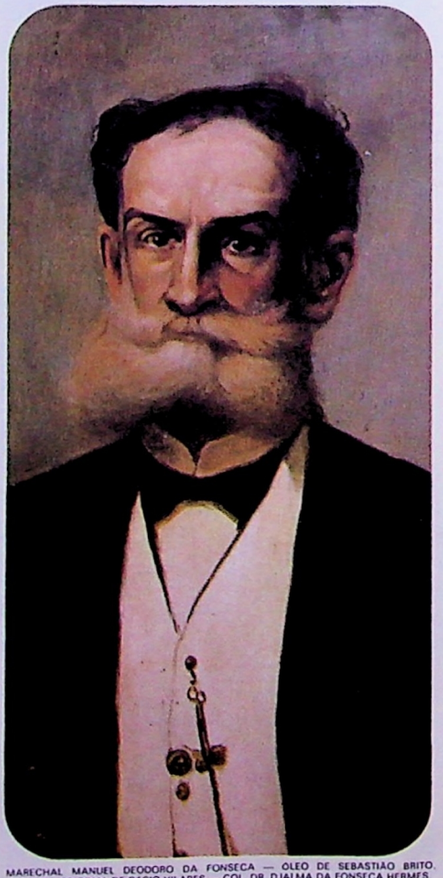
Prudente de Morais sucede a Floriano no govêrno. Começava a "República do café".

A consolidação da República

Nos governos de Deodoro e Floriano, a República nascente realiza suas diversas experiências, define suas opções e vence as derradeiras resistências e tendências à fragmentação. É o período da consolidação republicana.

O govêrno provisório de Deodoro (89-91) procura inicialmente reunir as várias tendências republicanas. Rui Barbosa, cujo pensamento o liga às camadas urbanas; Aristides Lôbo, republicano do Rio; Campos Sales, representante da cafeicultura paulista; Demétrio Ribeiro, do federalismo gaúcho; Quintino Bocaiúva, chefe do PR, estão no Ministério do govêrno provisório. Dentre as primeiras medidas tomadas está a proclamação do regime federativo, forma política para realizar a conciliação das diversidades econômicas regionais. Por outro lado, o liberalismo urbano expressou-se nas medidas de laicização do Estado, separado da Igreja. No campo econômico, a mais importante foi a reforma monetária de janeiro de 1890, elaborada por Rui Barbosa, que propiciava uma ampla emissão de papel-moeda. O aumento do dinheiro circulante era primeiramente justificado pela alteração do regime de trabalho, que ampliava muito as necessidades de meios de pagamento, mas tinha ainda em vista financiar novos negócios, permitindo a industrialização do país. A verdade é que só uma pequena parte daqueles recursos foi investida produtivamente e os grandes gastos em especulações financeiras produziram uma enorme inflação, levando ao fracasso a política de Rui, que se demite. Logo depois, as dissensões internas levam à demissão o resto do Ministério. Abandonado pela coligação republicana, Deodoro volta-se para velhos companheiros da monarquia e tal aliança prepara a crise. Sua vitória na eleição presidencial em 91 já não logra esconder a fôrça dos seus opositores: com o apoio ostensivo do Exército, êle suplanta Prudente por apenas 129 contra 97 e, para vice, Floriano — apoiado pelo PR — vence folgadamente o candidato de Deodoro, o Almirante Eduardo Wandenkolk.

Juntando-se a homens ligados à situação passada, Deodoro cava um fôsso entre êle e os republicanos e isso obriga-o a sucessivas medidas de fôrça: deposição de governadores, prisões, fechamento do Congresso. Mas então a oposição republicana já se articulara: os republicanos paulistas, os partidários de Rui, Floriano e o liberalismo republicano em geral preparam a resistência. O levante con-



MARECHAL MANUEL DEODORO DA FONSECA — ÓLEO DE SEBASTIÃO BRITO, SEGUNDO ORIGINAL DE DÉCIO VILARES — COL. DR. DJALMA DA FONSECA HERMES

43

PRUDENTE DE MORAIS

1841 - 1902



PRUDENTE DE MORAIS. ÓLEO DE FRANCO DE SÁ. MUSEU PRUDENTE DE MORAIS. PIRACICABA, SP.

Jornais cariocas noticiam:

"No próximo dia 5 de novembro, chegará ao Rio de Janeiro o General João da Silva Barbosa, comandante da primeira coluna expedicionária contra Canudos..." "Prepara-se grande manifestação ao bravo comandante que chegará a bordo do paquete *Espírito Santo*..."

"O ilustre militar e seus heróicos soldados chegarão depois de amanhã..."

"Amanhã, aproximadamente às 10 horas, chegará ao Rio de Janeiro..."

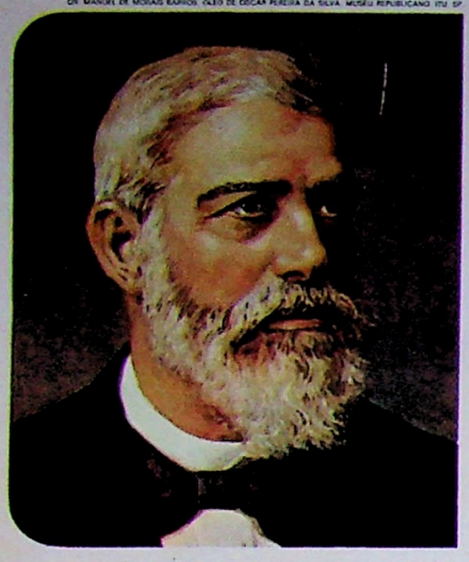
"Na manhã de hoje..."

5 de novembro de 1897. As duas bandas militares que se acham no cais do Arsenal de Guerra, em meio ao povo, tocam o Hino Nacional.

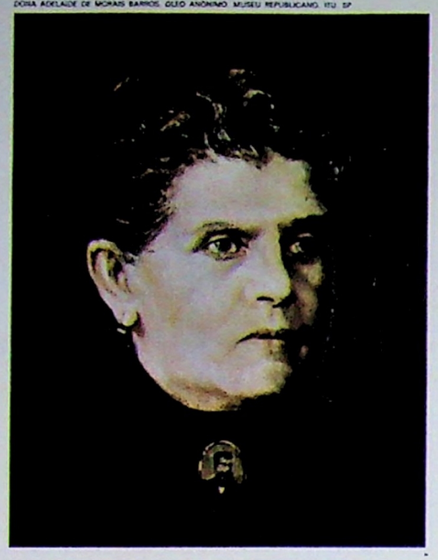
O vice-presidente, Manuel Vitorino, o ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt, e tôdas as autoridades que aí se encontram, apressam-se em receber o chefe da nação que está chegando. Todos acorrem ao portão principal. Prudente de Morais, depois de rápida visita ao navio, desembarca no Arsenal. Tendo à direita o ministro da Guerra e à esquerda o chefe da Casa Militar — Coronel Luís Mendes de Morais —, o presidente caminha por entre a compacta massa popular e entra no pátio do Arsenal. De repente, isolado, um grito:

— Viva Floriano Peixoto!

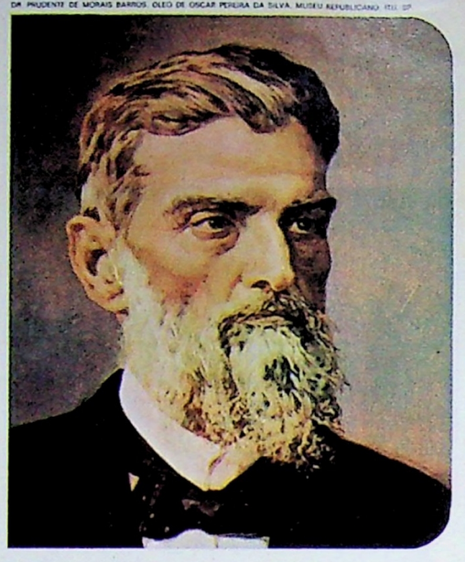
A cena é rápida. Um cabo do Exército, Marcelino Bispo de Melo, sai repentinamente das fileiras e coloca uma pistola próxima ao rosto do presidente. O tiro falha. Com a cartola nas mãos, Prudente afasta o cano da arma. O Ministro Marechal Bittencourt e o



DR. MANOEL DE MORAIS BARROS. ÓLEO DE OSCAR PEREIRA DA SILVA. MUSEU REPUBLICANO ITU, SP.



DONA ADELAIDE DE MORAIS BARROS. ÓLEO ANÔNIMO. MUSEU REPUBLICANO, ITU, SP.



DR. PRUDENTE DE MORAIS BARROS. ÓLEO DE OSCAR PEREIRA DA SILVA. MUSEU REPUBLICANO, ITU, SP.

Todos conhecem. É o homem do casaco prêto

chefe da Casa Militar, Mendes de Morais, tentam subjugar o agressor.

— Mata! Mata! — gritam alguns.

Gritam nervosas as senhoras. Atropela-se tôda a gente numa grande correria em direção ao portão de saída.

— Não o matem! — ordena a voz de Prudente, severa e tranqüila.

Marcelino luta. Tomam-lhe a pistola, livra-se dos seus contendores, arranca um punhal e desfere sucessivos golpes no Marechal Bittencourt. Atinge também o Coronel Mendes de Morais e outro oficial. O presidente da República já fôra conduzido para fora do Arsenal. Pouco depois, expirava o ministro, que se sacrificara em defesa do seu chefe.

É enorme a consternação na capital e em todo o país. O corpo do militar, coberto com uma bandeira nacional, é transportado para sua residência.

A imprensa divulga o manifesto que o presidente acaba de redigir:

"Ferido profundamente nos meus sentimentos de homem e de brasileiro pelo atentado contra mim premeditado e que vitimou um dos mais dedicados servidores da nação, o bravo Marechal Carlos Machado Bittencourt, devo afirmar de modo o mais solene que êsse horroroso crime não terá efeito de demover-me uma só linha no cumprimento de minha missão constitucional.

"O precioso sangue de um marechal do Exército Brasileiro, derramado heròicamente na defesa da pessoa do chefe do Estado, dá a certeza de que os incumbidos da sustentação da autoridade pública e das instituições não hesitam no cumprimento do seu dever, ainda mesmo quando levados ao extremo sacrifício.

"A nobre indignação popular manifestada naquele trágico momento, as inequívocas provas de apoio e solidariedade dadas ao presidente da República, fortalecem-me a convicção de que posso contar com o povo brasileiro para manter com dignidade e desassombro a autoridade de que estou investido pelo seu voto espontâneo e soberano. A ordem e a lei serão respeitadas como exige a honra da República."

Prudente teve na espôsa Adelaide a boa companheira; no irmão Manuel, a indicação de um rumo político.

Prudente no nome, prudente nos hábitos

Prudente José de Morais Barros nasceu num sítio perto de Itu, Província de São Paulo, a 4 de outubro de 1841. Quando tinha três anos, seu pai, José Marcelino de Barros, agricultor e tropeiro, foi assassinado. Sua mãe, Catarina Maria de Morais, é quem lhe ensina as primeiras letras, e, mais tarde, casa-se novamente, com o Major José Gomes Carneiro. Prudente, já rapaz, ingressa no Colégio Manuel Estanislau Delgado; sua educação é custeada por um pequeno pecúlio deixado pelo pai e pela ajuda de seu padrinho, o agricultor Antônio José da Silva Gordo, português, com cuja filha se casaria posteriormente.

Mas em dezembro de 1856 o colégio fecha, e Prudente muda-se, no ano seguinte, para São Paulo, então um pequeno centro com 20 000 habitantes; em 1858 conclui seus estudos preparatórios no Colégio João Carlos da Fonseca, e, no ano seguinte, entra para a Faculdade de Direito.

Prudente, aos dezoito anos, era magro, rosto ossudo, o semblante sério combinando com o fraque prêto que sempre vestia. Cabelo crescido, nariz adunco, ar profético autoritário, só os olhos esverdeados amenizavam a imagem severa. Quanto a seu modo de vida, êle mesmo descreveria: "Prudente pelo nome, prudente por princípio e por hábito".

Não se destacou na passagem pela faculdade: bom aluno, mas não excepcional, estudante pobre, modesto e metódico, vestia-se com simplicidade e era êle mesmo quem cuidava de sua roupa, lavando, passando e consertando-a quando preciso.

Mas nas Arcadas faz amizades com alguns dos que seriam, mais tarde, notórios homens públicos: Campos Sales, futuro colega de bancada na Assembléia Provincial e mais tarde na Câmara de Deputados do Império, aliado de muitas batalhas logo após a proclamação da República e com quem iria romper no fim da vida; Francisco Rangel Pestana, jornalista partidário da abolição da escravatura e um dos fundadores de *A Província de S. Paulo,* mais tarde *O Estado de S. Paulo;* Bernardino de Campos, propagandista



PRUDENTE DE MORAIS COM A FAMÍLIA. FOTO: MUSEU REPUBLICANO ITU SP

Prefeito da cidade de Constituição, atual Piracicaba, Prudente de Morais fêz uma breve interrupção em sua vida pública: em 1866, seguiu para a pacata Santos (abaixo), onde se casaria com Adelaide Benvinda, filha de seu padrinho Antônio José da Silva Gordo. Do matrimônio teriam oito filhos (acima).



BANCA DE PEIXE E MERCADO DAS CANOAS NO LARGO DA PRAIA DO CONSULADO, SANTOS. ÓLEO DE BENEDITO CALIXTO. PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, SP



Zona velha, zona nova. Nas duas o fruto vermelho

da República, que viria a ser seu ministro da Fazenda e com o qual também romperia. Êsses e outros fundariam, anos depois, o Partido Republicano, e teriam destacado papel nos acontecimentos da nossa primeira República.

Piracicaba foi sua pátria política

Em 1863, formado, Prudente vai morar na cidade em que já se instalara seu irmão Manuel, fazendeiro, advogado e político: Piracicaba.

Nessa época, a cidade se chamava Constituição; só em 1877, e por sua iniciativa, é que voltará a chamar-se Piracicaba. A cidade era, então, um grande centro canavieiro, onde o plantio de café ia ganhando vulto.

Prudente abre um escritório de advocacia e inicia sua vida pública pelo degrau mais modesto: a vereança. Em janeiro de 1865, com 24 anos, toma posse e pouco depois é eleito presidente da Câmara. Por fôrça da legislação vigente, torna-se prefeito.

No ano seguinte, uma pausa: segue para Santos, onde se casa com Adelaide Benvinda, filha de Antônio José da Silva Gordo, seu padrinho. Dêsse casamento, tranqüilo e feliz, teve vários filhos: Maria Amália, Júlia, Gustavo, Prudente de Morais Filho, Carlota, Antônio Prudente de Morais, Maria Teresa (falecida aos onze anos), Paula e Maria Jovita, que morreu com um ano.

E, enquanto Prudente ia consolidando sua vida pessoal e política, o Brasil todo — e mais particularmente São Paulo e a região de Piracicaba — sofrem, nessa segunda metade do século XIX, profundas transformações. O café começa a despontar como o principal produto de exportação e de obtenção de divisas. Por volta de 1820, êsse produto representava 18,4% das exportações brasileiras, figurando em terceiro lugar, depois do açúcar e do algodão. Daí para a frente, passou ao primeiro lugar, atingindo 43,8% das exportações na década de 1830, e 41,4% nos dez anos seguintes. Na época da abolição, já era o grande sustentáculo da economia brasileira, responsável por 61,5% do total das nossas exportações.

A grande riqueza do país eram os cafèzais. Para conseguir um poder político correspondente a essa grandeza, seus donos só viam uma saída: o estabelecimento da República federativa.



CARLOS DE VASCONCELOS DE ALMEIDA PRADO. ÓLEO DE OSCAR PEREIRA DA SILVA. MUSEU REPUBLICANO. ITU. SP.

Na casa de Almeida Prado, durante a Convenção de Itu, foi fundado o PRP.

Tendo se iniciado nas proximidades do Rio de Janeiro, a cultura do café expandiu-se pelo vale do Paraíba a partir de 1830, sob o impacto da demanda internacional: tanto Vassouras e Cantagalo, no Rio, quanto Bananal, Taubaté, Pindamonhangaba e Queluz, no norte paulista, foram centros prósperos dêsse período.

Mas, nessa região, a cafeicultura seguia moldes primitivos: enormes extensões de terra, abundância de mão-de-obra escrava e transporte em lombo de burro. Como conseqüência, após o auge na produção em 1845, começou o declínio, que se acentuou cada vez mais para o fim do século; na época da abolição, a região já não conhecia a prosperidade de outrora.

Quando começa o declínio do "norte" paulista, inicia-se a expansão do "oeste" paulista, novas terras, ótimas para o café, que ficavam entre Campinas e Ribeirão Prêto. Aí, o cultivo tem de inovar: já vigorava a extinção do tráfico escravo e as fazendas empregam imigrantes europeus como assalariados e colonos, enquanto os altos lucros obtidos pelos fazendeiros permitiam a introdução de máquinas de semibeneficiamento e de meios de transporte mais eficientes; surgem a São Paulo Railway, a Paulista, a Mogiana; os fazendeiros do oeste paulista são exemplos de um nôvo tipo de empreendedor: audazes, inovadores, abertos.

É nesse meio que Prudente constrói sua vida, crescendo com uma Piracicaba que também crescia econômicamente no rumo do café e politicamente no caminho da República e da abolição. Sem ser um fazendeiro — Prudente foi sempre advogado —, o futuro presidente da República sentia-se vinculado ao irmão e aos interêsses que êle representava.

Como entender a República

Em 1867, Prudente é eleito para a legislatura de 1868/69 da Assembléia Provincial. Em novembro de 1870, constitui-se no Rio de Janeiro o Clube Republicano. No mês seguinte, o antigo Clube Radical — formado por uma ala dos liberais de São Paulo — se transforma em Clube Republicano e ambas as organizações mantêm contatos entre si através de Américo de Campos. Mas, enquanto seu irmão Manuel já era um republicano desde os primeiros momentos da propaganda antimonárquica, Prudente, ao que parece, continua fiel ao velho Partido Liberal até meados da década de 1870. O jornal *A República,* do Rio, publica, a 30 de março de 1871, listas de apoio ao Clube Republicano, que se fundara, e, na de Piracicaba, figura o nome de Manuel e não o de Prudente.

Em 1873, os fazendeiros do oeste paulista convocam a Convenção de Itu e fundam o Partido Republicano Paulista. Entre os 133 delegados à Convenção, 78 eram fazendeiros e 55 de outras profissões, assim distribuídas: doze negociantes, dez advogados, oito médicos, cinco jornalistas, três capitalistas, três farmacêuticos, três músicos, três engenheiros, um joalheiro, um alfaiate, um guarda-livros, um hoteleiro, um solicitador, um dentista e dois elementos cuja ocupação não ficou determinada.

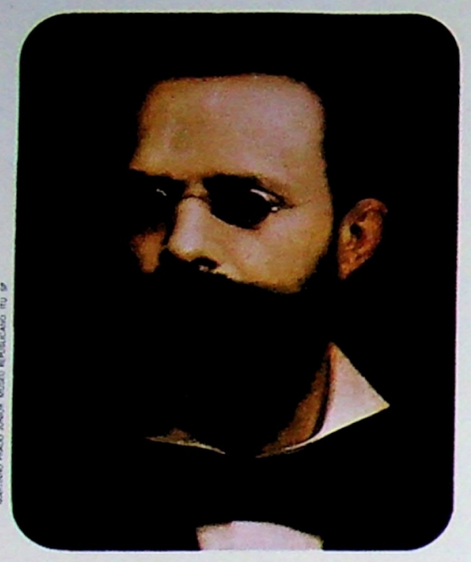
À reunião realizada em abril, na casa do fazendeiro Carlos de Vasconcelos Almeida Prado, estiveram representantes de Itu, Jundiaí, Campinas, São Paulo, Amparo, Bragança, Moji-Mirim, Constituição (Piracicaba), Botucatu, Tietê, Pôrto Feliz, Capivari, Sorocaba, Indaiatuba, Belém do Jundiaí e Vila do Monte-Mor.

Assim, os fazendeiros do "oeste" paulista iniciavam a campanha pela República. Nas suas plantações, estava florescendo a maior parte das riquezas do país, e êles sentiam necessidade de

O LAVRADOR. ÓLEO DE CÂNDIDO PORTINARI. MUSEU DE ARTE ASSIS CHATEAUBRIAND. SP.



DR. CESÁRIO NAZIANZENO DE A. MOTA MAGALHÃES JUNIOR. OLEO DE TAUNAY. MUSEU REPUBLICANO ITU SP



MARTINHO PRADO JUNIOR. MUSEU REPUBLICANO ITU SP

República? Está muito bem. Mas qual delas?

possuir um poder político correspondente.

Defendiam um sistema federativo, onde as Províncias brasileiras gozassem de autonomia, gerindo seus próprios negócios. Trabalhando com mão-de-obra livre, os cafeicultores paulistas viam as vantagens do assalariado e sabiam-se capazes de atrair, pela remuneração, os empregados que necessitassem, desde que os homens fôssem livres para escolher seu próprio trabalho.

A monarquia, com seu govêrno centralizado, sustentada pelas oligarquias escravocratas, era um obstáculo às pretensões dos cafeicultores. Até nisso êles se sentiam espoliados. Vindo dêles a maior parte da renda nacional, viam-se sustentando a côrte e os partidos políticos do Império, ou seja, patrocinando sua própria oposição.

Da mesma maneira que os intelectuais positivistas nas cidades defendiam a República como um imperativo do progresso universal, os cafeicultores paulistas combatiam a monarquia por impedi-los de progredir, desenvolver uma política própria, ter nas mãos o poder. Federação, abolição, República, gritavam os fazendeiros paulistas.

Manuel de Morais Barros foi um dos convencionais indicados pela cidade de Constituição. Prudente não assistiu aos trabalhos, embora seu nome conste da ata da convenção; êsse documento, que foi lavrado em tinta roxa, apresenta, na última linha do espaço reservado aos delegados de Constituição, o nome de Prudente escrito com tinta preta e riscado.

Mas, em 1876, Prudente decide-se definitivamente pelo Partido Republicano, e daí para diante será sempre um dos mais sinceros e eficientes defensores da política do café. E, nas idéias que propaga, procura adotar uma linha de junção entre as diversas correntes de opinião.

Quer conciliar o Partido Liberal com as idéias republicanas, o pensamento positivista com os interêsses cafeeiros. O republicano Prudente, liberal, democrata, defensor da federação, partidário da transição pacífica, emancipacionista e depois abolicionista, era o próprio retrato da política cafeeira.

Mais que político, um administrador

Em 1877 foram eleitos três deputados republicanos para a Assembléia Provincial de São Paulo: Prudente de Morais, com 523 votos; Cesário Nazianzeno Mota Magalhães Júnior, 451 e Martinho Prado Júnior, com 521. Mas a disputa fôra renhida, e, para garantir sua eleição, Prudente obtivera o apoio do Partido Liberal. Os conservadores aproveitaram-se do fato para explorar polìticamente a aliança entre republicanos e liberais e atacar ambas as correntes. Defendendo-se, Prudente manobrou hàbilmente, fazendo publicar uma carta aberta em que dizia considerar as assembléias provinciais instituições de caráter quase exclusivamente administrativo, entendendo que a eleição devia "atender mais ao interêsse da administração do que ao espírito do partido", e solicitava, para a sua candidatura, o apoio dos eleitores da província, "sem distinção de côr política", prometendo, se eleito, "antes de tudo ser um verdadeiro paulista".

Embora com a monarquia pouca liberdade de ação fôsse reservada às assembléias provinciais, Prudente destaca-se exatamente por investir contra êsse estado de coisas. Defende a federação, argumentando sempre que só a autonomia provincial e municipal poderiam renovar o país.

Mais tarde, eleito deputado à Câmara do Império, em 1885, Prudente mantém uma polêmica a respeito com Joaquim Nabuco, defensor da federação com monarquia. Mostra a impossibilidade de tal combinação:

— Isso é que é sonho, e proponho uma transação honrosa para ambos. Se o nobre deputado conseguir nesse regime a conversão das províncias em estados confederados com monarquia, eu deixarei de ser republicano, para ir assentar praça nas fileiras do seu partido; mas, em compensação, se o nobre deputado encontrar nas instituições imperiais, especialmente na Coroa onipotente, um obstáculo invencível para a realização de seu sonho patriótico, venha também assentar praça no partido republicano!

A federação era, pois, o objetivo principal dos fazendeiros. A República era o meio de consegui-la. Na mesma ocasião discutia-se a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos de mais de sessenta anos, mas constituía uma protelação do golpe final contra a escravatura. Havia sido apresentado o projeto Dantas, sugerindo a medida. Um deputado abolicionista atacara a proposta, batendo-se pela liberdade pura e simples de todos os escravos.

Prudente manifestou-se:

— Na Província de São Paulo, especialmente no oeste, que é a sua parte mais rica e próspera, a questão principal não é a da liberdade do escravo. Os paulistas não fazem resistência, não fazem questão disso. Do que êles fazem questão séria, e com tôda razão, é da substituição e permanência do trabalho, e, desde que o govêrno cuide sèriamente de empregar os meios que facilitem a substituição do trabalho escravo, desde que facilite a aquisição de braços livres que garantam a permanência do trabalho, a conservação e o desenvolvimento da sua lavoura, os paulistas estarão satisfeitos e não farão questão de abrir mão de seus escravos, mesmo sem indenização, porque, para êles, a melhor, a verdadeira indenização está na facilidade de

Com Cesário Mota e Martinho Prado Júnior (página ao lado), Prudente (à direita) compôs o trio de republicanos eleitos em 1877 para a Assembléia Provincial de São Paulo.

obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho.

Antônio Prado, Rodrigo Silva e Martim Francisco gritavam "apoiado" do plenário. Prudente, como prometera, era "um verdadeiro paulista". Sintetizava perfeitamente a posição dos cafeicultores.

Republicano e desobediente: o presidente

Em 1886, Prudente tenta reeleger-se para a Câmara dos Deputados, mas dessa vez os monarquistas se unem e o candidato republicano perde para o Visconde do Pinhal.

Eleito para a legislatura 1888/89, Prudente divide seu tempo entre o mandato de deputado provincial, a vereança em Piracicaba e o exercício da advocacia. Em agôsto de 1889 novamente tenta a Câmara dos Deputados, e outra vez é derrotado pelos monarquistas.

Mas então chega o 15 de Novembro. Os militares assumem a tarefa de proclamar a República. Unem-se as várias correntes. Militares, camadas urbanas, intelectuais, positivistas e os cafeicultores. Mas não havia *uma* república, e sim várias em projeto: cada grupo procurava pôr em vigência a República que idealizara. Por isso passa a ser de extrema importância o contrôle político das províncias, agora transformadas em Estados.

Com a proclamação, designa-se um triunvirato para governar São Paulo: Prudente de Morais, Francisco Rangel Pestana e o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Mursa. Em dezembro, o triunvirato é extinto e Prudente nomeado presidente do Estado, permanecendo no pôsto dez meses.

Nesse curto período, teve ocasião de pôr em prática algumas de suas convicções políticas. Como decorrência da separação entre a Igreja e o Estado, decretada pelo nôvo regime, impôs a laicização do ensino público e excluiu o ensino de religião das escolas oficiais: em outubro de 1890, determinou que a quantia de 200 contos de réis, destinada por lei imperial à construção da catedral, fôsse empregada na edificação da escola normal.

Federalista exacerbado, Prudente opôs-se desde o princípio à ingerência do poder central nos assuntos do Estado. Não havia ainda uma Constituição e do govêrno provisório chegavam as mais diversas determinações. Diàriamente os membros do Gabinete Deodoro enviavam telegramas, cartas,



PRUDENTE DE MORAIS. ÓLEO DE ALMEIDA JÚNIOR. MUSEU PAULISTA, SP.



PAINEL DE CANDIDO PORTINARI. DA ESQUERDA PARA A DIREITA, EM PÉ: AMÉRICO DE CAMPOS, BENTO BICUDO, ANTONIO CARLOS DE SALES, FRANCISCO GLICÉRIO, JOSÉ V. DE ALMEIDA PRADO, ANTONIO POMPEU DE CAMARGO, CANDIDO MAIA, BARTHOLOMEU PRADO JR., JOÃO FRANCISCO DE PAULA SOUSA, FRANCISCO DE SALES, JOSÉ PEDROSO DE MORAES SALES, DIOGO DE BARROS MANUEL ESPIDIO FERREIRA DE CERQUEIRA, RAFAEL PAES DE BARROS SENTADOS: JOÃO MANUEL DE ALMEIDA BARBOSA, FRANCISCO RANGEL PESTANA, AMÉRICO BRASILIENSE, JOÃO THOMAZ PRATININGA, JOÃO TOBIAS DE AGUIAR, JOSÉ ALVES CERQUEIRA CESAR, MANUEL FERRAZ DE CAMPOS SALES. JORNAL "O ESTADO DE S. PAULO" SP

A oposição, em silêncio, trabalha devagarinho

cartões, bilhetes ou emissários especiais, trazendo ordens, pedidos, instruções. Tranqüilamente, Prudente ignorava quase tôdas as disposições federais. Certo dia, recebeu de um político um telegrama lacônico: "Nomeie fulano para tal cargo". Prudente mandou resposta:

— Diz o primeiro decreto do govêrno provisório que estamos num regime federativo, e eu, antes de ser nomeado, fui aclamado presidente de São Paulo pelo povo paulista reunido em praça pública. Não recebo ordens do Centro em assuntos de administração estadual, principalmente de pessoas como V. Exa., que não pertence ao govêrno da República. Em todo caso, o govêrno pode demitir-me e nomear outro que receba ordens de V. Exa. e as cumpra.

De outra feita, outro militar apresentou-se a Prudente; trazia carta de recomendação de um ministro, para ser nomeado comandante da Polícia de São Paulo. A resposta:

— Volte para o Rio e diga ao ministro que eu já escolhi o comandante de Polícia para São Paulo!

Em 18 de outubro de 1890, recebendo homenagens inclusive de líderes monarquistas, Prudente deixa o govêrno paulista e prepara-se para participar da Assembléia Constituinte da República, como senador.

A sessão começa a 15 de novembro, primeiro aniversário da proclamação. E a primeira questão a se decidir é a presidência da Assembléia. Indica-se Saldanha Marinho, chefe do Partido Republicano; os paulistas, agastados com o govêrno Deodoro, que lhes parecia autoritário, tendendo a um excessivo centralismo, resolvem testar sua própria fôrça. Campos Sales intervém para apresentar a candidatura de Prudente, alegando a juventude dêste contra os 68 anos de Saldanha Marinho. Realiza-se a votação, e, no dia 21, apuram-se os resultados: 81 votos para Saldanha, 146 para Prudente. A bancada paulista conseguira catalisar os sentimentos da oposição. Pretendia, por enquanto, garantir uma fôrça suficiente para exercer vigilância sôbre o executivo.

Na redação da primeira Constituição republicana, o papel de Prudente foi, principalmente, o de dirigir os debates, examinando, classificando e ordenando as emendas, que choviam diàriamente às centenas. A bancada paulista defendia um projeto apresentado que assegurava a plena autonomia estadual. E a Constituição aprovada em 1891 garantia pontos que São Paulo julgava fundamentais: o direito de os estados contraírem empréstimos no exterior (na época os paulistas negociavam com banqueiros inglêses que financiavam o aparelhamento dos serviços do Estado e o embarque de café), a possibilidade de os estados lançarem impostos diretos sôbre a exportação, transmissão de propriedade, terrenos rurais e indústrias e profissões. Com isso, conseguia-se a autonomia quase completa dos Estados, que inclusive poderiam manter fôrças militares. Finalmente, a representação proporcional ao número de habitantes para a Câmara Federal iria assegurar a maioria para a região centro-sul, já, a essa altura, densamente povoada.

O café chega ao poder

Embora a Constituição de 1891 estabelecesse a eleição do presidente e do vice-presidente da República por meio do sufrágio universal direto, o primeiro presidente seria eleito pelo Congresso. Deodoro, no govêrno provisório, marcou para 25 de fevereiro de 1891 a sessão do Congresso para eleger o presidente. Os políticos oposicionistas — Demétrio Ribeiro, deputado gaúcho, General José Simeão, senador pernambucano, Contra-Almirante Custódio José de Melo, deputado baiano, Campos Sales, deputado paulista — não tinham muitas esperanças de que saísse vitoriosa uma candidatura que não fôsse a do próprio Deodoro, mas, mesmo assim, procuram articular a batalha; a bancada paulista, liderada por Campos Sales, todavia, opunha-se a um choque frontal, temerosa de que o apoio do Exército a Deodoro impedisse a concretização de qualquer vitória não-governista. Mas as negociações prosseguem, e poucos dias antes da data marcada para a eleição indireta aparecem as candidaturas: a situacionista, constituída pelo Marechal Deodoro da Fonseca para presidente e pelo ex-ministro da Marinha, almirante Eduardo Wandenkolk, para vice-presidente; a oposicionista, composta do Senador Prudente de Morais para presidente e do ex-ministro da Guer-

A Faculdade de Direito em São Paulo era ponto de encontro de todos os principais líderes da República.

PRUDENTE DE MORAIS E AUXILIARES, DA ESQUERDA PARA A DIREITA: CAETANO DE CAMPOS, ANTÔNIO MACEDO, PAULA SOUSA, BERNARDINO DE CAMPOS, PEIXOTO GOMIDE, CORONEL LISBOA. FOTO MUSEU DA REPÚBLICA, GB



Êle é contra. Que importa que todos sejam a favor?

ra, Marechal Floriano Peixoto, para vice-presidente.

No dia 20 os deputados da oposição reuniam-se na casa de Prudente, no Rio, para tentar dissuadi-lo de sua candidatura, a fim de que sua posição não resultasse — como dizia Campos Sales — em "funestas e sérias conseqüências e, quem sabe, até em guerra civil"

— Mas eu não sou candidato — respondeu Prudente, depois de ter ouvido Campos Sales. — Não sou candidato. Mas, se apresentarem uma candidatura civil, rompo com a bancada paulista para dar meu voto a êsse candidato!

E, com ironia:

— Afinal, quem sou eu para bater-me com o generalíssimo?

No dia 25 realizam-se as eleições. Prudente teria larga maioria, mas uma boa quantidade de deputados, temerosa das conseqüências de uma derrota governamental, votou por Deodoro, que obteve 129 votos, contra 97 dados a Prudente de Morais.

A oposição, no entanto, teve coragem para eleger o vice Floriano Peixoto, por 153 votos, contra 57, de Wandenkolk. O pleito mostrara que a situação conservava as rédeas do poder, mas também evidenciara a fôrça da oposição, circunstancialmente unida a Floriano. Efetivamente, nos meses que se seguiram, o govêrno de Deodoro teve de enfrentar numerosas e sérias dificuldades, e os ataques diários dos deputados e senadores. O Ministério de Deodoro era liderado pelo Barão de Lucena, figura de proa do monarquismo recém-destruído, e os republicanos, temerosos de um retrocesso no regime, reuniam-se para atacar o govêrno. Para atenuar a crise, Lucena oferece duas vagas no Ministério aos republicanos mais antigos, chamados "históricos". Êstes se reúnem a 15 de setembro — Alfredo Ellis, Quintino Bocaiuva, Bernardino de Campos, Francisco Glicério, Prudente, Aristides Lôbo, Ubaldino Amaral, Leopoldo Bulhões, Campos Sales — para discutir o acôrdo, e se dispõem a aceitá-lo. Contra êle levanta-se apenas uma voz: Prudente de Morais. Contando os votos, Campos Sales dá por aprovada a aproximação com o govêrno. Mas é interrompido por Quintino Bocaiúva:

— Sendo dissidente o voto de um chefe de tão alta autoridade, julgo mais acertado dar-se o acôrdo como não aceito... Ante os olhares espantados dos companheiros acrescenta:

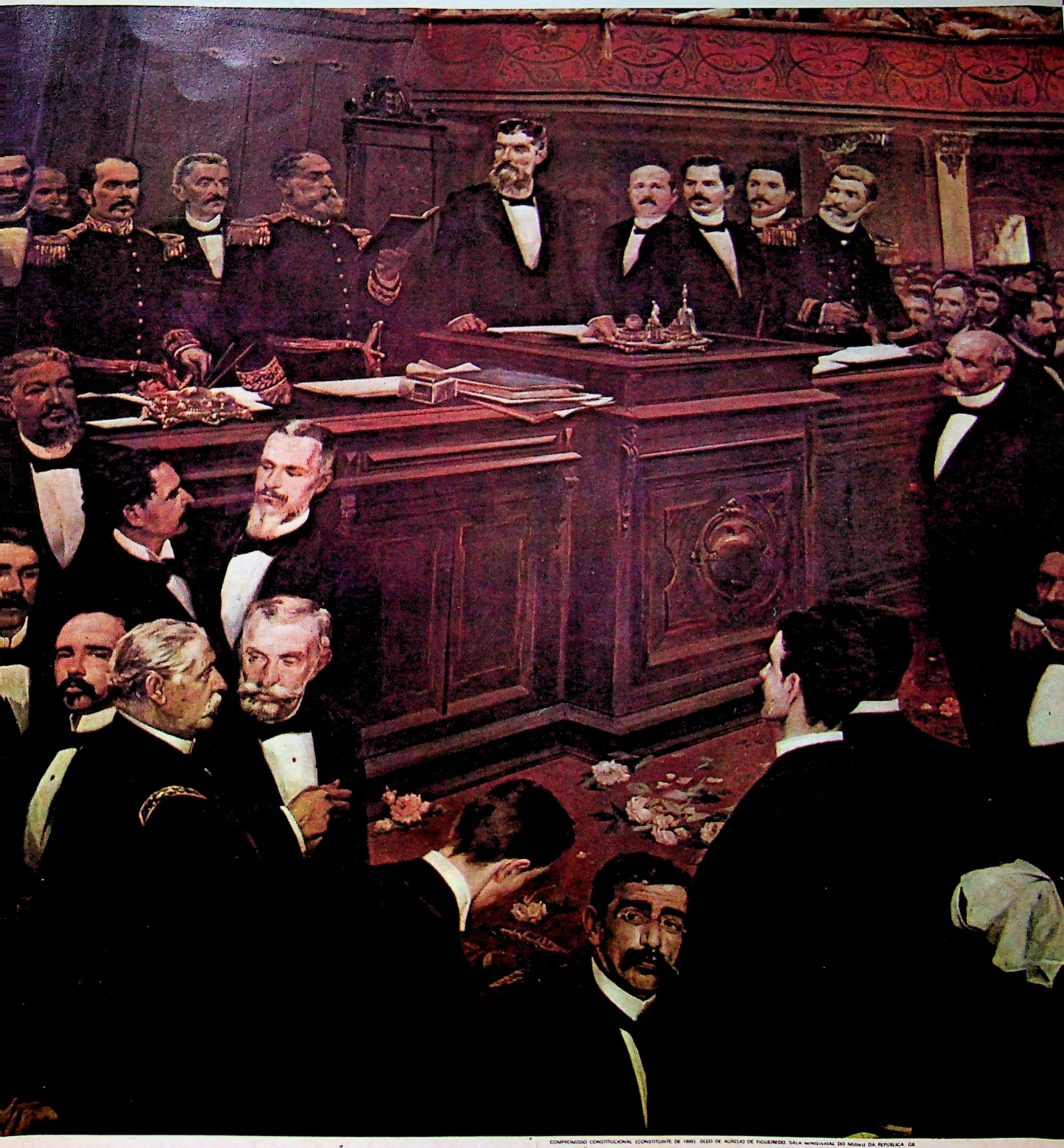
— É o mais aconselhável, visto que os espíritos mais exaltados da Câmara procurariam amparar-se no prestígio dêsse voto discordante para recusar a sua obediência à nossa deliberação...

A intervenção de Quintino fôra decisiva. O próprio Campos Sales cedeu, declarando:

— Achamos de tal modo poderosos êsses motivos que resolvemos declarar rejeitado o acôrdo e terminadas as negociações com o govêrno.

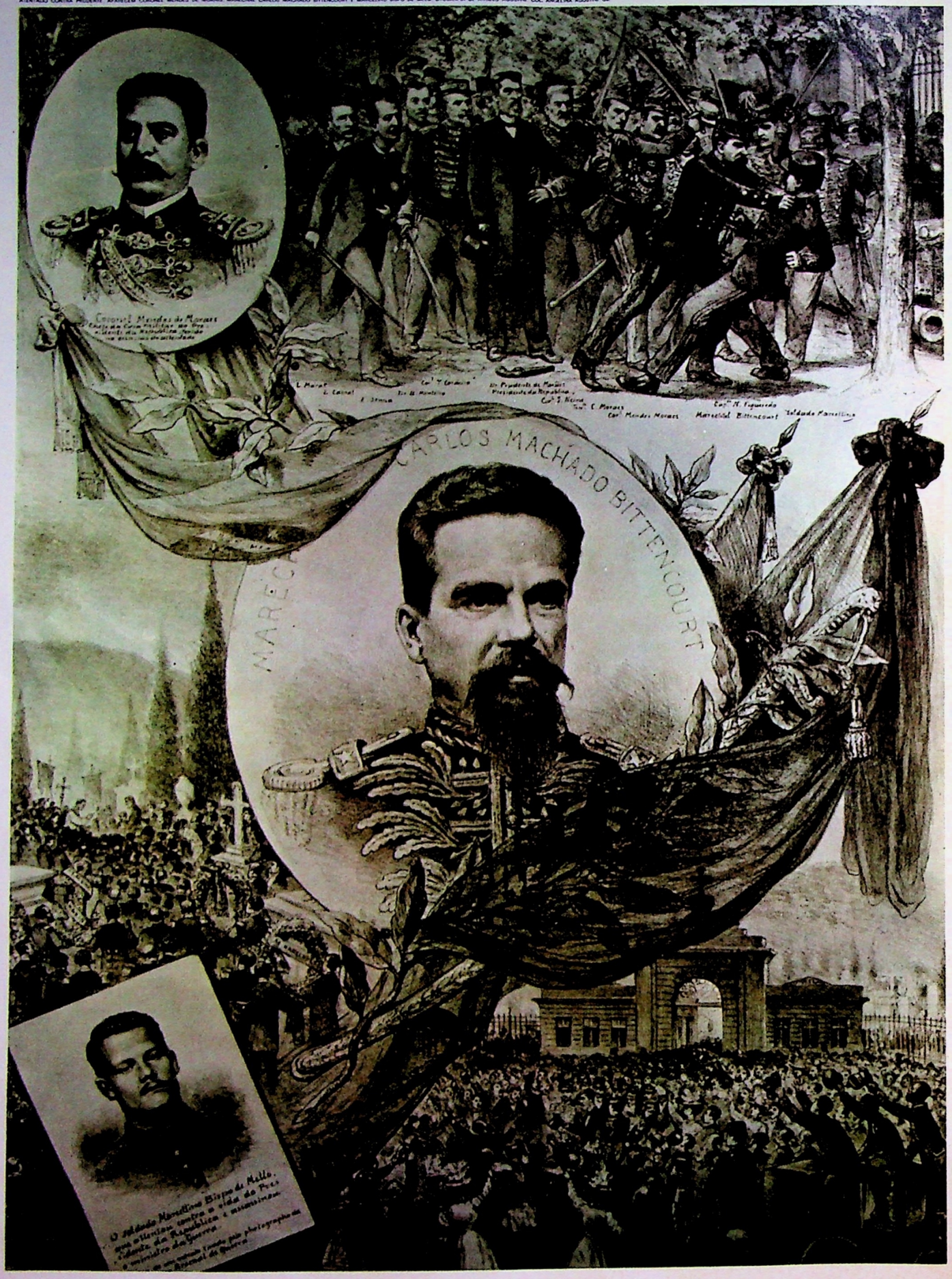
Assim a oposição continua, Deodoro não cede e vê-se impossibilitado de governar. Irritado com os ataques, dissolve o Congresso, mesmo sem podêres constitucionais para tanto, a 3 de novembro. Imediatamente os gaúchos depõem o governador do Estado e o Al-

A condução dos trabalhos da Assembléia Constituinte (ao lado) valeu a Prudente a experiência que êle usaria para dirigir as reuniões de seu Ministério (acima).



COMPROMISSO CONSTITUCIONAL (CONSTITUINTE DE 1890). ÓLEO DE AURÉLIO DE FIGUEIREDO. SALA MINISTERIAL DO MUSEU DA REPÚBLICA. 08.

ATENTADO CONTRA PRUDENTE APARECEM CORONEL MENDES DE MORAIS, MARECHAL CARLOS MACHADO BITTENCOURT E MARCELINO BISPO DE MELO. LITOGRAFIA DE ANGELO AGOSTINI. COL. ANGELINA AGOSTINI GB.





As críticas à composição de cada nôvo Ministério freqüentemente eram expressas em mordazes caricaturas.

A inflação na origem de mais uma crise

mirante Custódio de Melo, a 23, ocupa vários navios, ameaça bombardear a cidade e intima o govêrno à rendição. Deodoro renuncia.

Floriano, como vice-presidente, assume. Por um momento apaziguam-se os opositores, enquanto o nôvo governante combate e destrói os remanescentes da política deodorista.

Entretanto, Floriano também não satisfaria aos federalistas. Surgem duas interpretações do texto constitucional, a primeira defendendo a legitimidade do govêrno Floriano até 15 de novembro de 1894, a segunda reclamando eleições imediatas.

Floriano tem que se haver com uma rebelião na Marinha e outra dos federalistas gaúchos. O desgaste do govêrno é ràpidamente capitalizado pela corrente oposicionista.

Francisco Glicério, líder da bancada paulista na Câmara, cria o Partido Republicano Federal, lançando a candidatura Prudente de Morais à presidência da República e Manuel Vitorino, médico baiano, à vice-presidência. O clima político permanecia tumultuado, mas, contra aquêles que preconizavam uma ditadura, Floriano marcou as eleições para 1.º de março de 1894. Prudente de Morais elegeu-se com facilidade. Era o primeiro presidente eleito pelo voto popular.

A imprensa registrou o ato heróico do Marechal Bittencourt, que sacrificou sua vida para salvar a de Prudente.

Seu govêrno devia iniciar-se a 15 de novembro, mas corriam rumôres de que uma ala militar, apoiando Floriano, iria impedir-lhe a posse.

Um atentado que o tornou popular

No dia 15 de novembro, um vulto esguio e grave, metido na sobrecasaca escura, passa pelas sentinelas habituais e entra no Palácio do Govêrno. Só o ministro da Justiça e do Interior o aguarda, e, sem maiores solenidades, em poucas palavras, transmite a Prudente de Morais o cargo de presidente. Floriano, o homem de poucas palavras, não estava presente. Cumprindo seu mandato, simplesmente fôra embora sem esperar o sucessor. Os salões do Itamarati são abertos ao público e o nôvo presidente, com seus ministros e auxiliares, retira-se para uma sala e realiza a primeira reunião do nôvo govêrno.

Como presidente, Prudente conserva seu ar compenetrado e seus hábitos simples. Levanta às 7, na residência contígua ao palácio, veste a sobrecasaca preta sôbre o colête, e durante o dia devota-se inteiramente às suas funções. Absorve-o a preocupação com o serviço público, e se irrita quando o convidam para solenidades e espetáculos.

— Essa gente pensa que tenho tempo para essas coisas! — resmunga.

Gosta de trabalhar de pé, junto à mesa alta. Almoça frugalmente às 11 horas e só às 6 reúne-se novamente com tôda a família, durante o jantar. Não bebe vinhos, é reservado e pouco comunicativo, mas isso não o impede de ser afável e atencioso.

Prudente herdara os principais problemas da vida nacional e que iriam caracterizar todo o período até 1930, conhecido por Primeira República.

Além das revoltas militares, a mais grave a do Rio Grande do Sul, é no seu govêrno que se precisa chegar a uma solução definitiva para a questão de Canudos. Numa estrutura agrária que condenava à miséria a imensa maioria da população do campo, por volta de 1893 numerosos camponeses reúnem-se no arraial de Canudos, Bahia, em tôrno da figura messiânica de Antônio Conselheiro: camponeses sem terra e até mesmo pequenos proprietários abandonam suas casas e seguem o líder em busca da terra prometida. No caminho, invadem fazendas, pondo em pânico seus proprietários. Os políticos da época não souberam entender Canudos e suas origens econômicas e sociais: viam, no fato, apenas a ameaça de um bando de jagunços armados e o perigo de "volta à monarquia", que Conselheiro pregava. Primeiro do govêrno da Bahia, depois do central, as autoridades mandam destruir pelas armas o foco rebelde. Mas os seguidores de Conselheiro destroçam as três primeiras expedições militares. Por fim, Prudente determina que o próprio ministro da Guerra, Marechal Bittencourt, organize a repressão, e o General Artur Oscar é enviado ao local, conseguindo, finalmente, arrasar o arraial de Canudos e eliminar Conselheiro e seus homens, que chegavam a milhares.

A situação econômica também era grave. Rui Barbosa, como ministro da Fazenda do primeiro govêrno republicano, criara o *encilhamento* — política que permitira aos bancos particulares emitir dinheiro. Com a facilidade de crédito, surgiram centenas de novas emprêsas, criando uma prosperidade aparente. No entanto, as firmas que se iam constituindo eram fruto da especulação gerada pelo dinheiro fácil e a maioria não chegou a produzir. Ao mesmo tempo, as emissões descontroladas provocaram uma inflação de enormes proporções. Coube a Prudente proceder ao saneamento das finanças, condição necessária para evitar a total desvalorização da moeda. Obteve dos grandes banqueiros ingleses o *funding loan*, isto é, a consolidação de tôdas as dívidas externas numa única dívida a longo prazo.



PRUDENTE DE MORAIS COM AMIGOS, EM 1898. MUSEU REPUBLICANO, ITU, SP.

Na morte do marechal, a vida do presidente

Contudo, teve que pagar altos juros, comprometendo boa parte da renda produzida pela exportação.

Além disso, quando Prudente assumira, o café estava ameaçado de superprodução com a conseqüente queda de seu preço. Procurando reduzir as importações e aumentar a renda disponível, Prudente tentou estabelecer maiores impostos sôbre os produtos importados, acarretando brusco aumento no custo de vida, pois boa parte dos produtos de uso comum provinha do exterior. Os reclamos da população e os interêsses do comércio importador fizeram fracassar a iniciativa.

Além de tudo, os gastos com as campanhas militares, que vinham desde a proclamação da República, faziam-se sentir. Com a guerra aos federalistas do Rio Grande do Sul e a Campanha de Canudos, o Tesouro da República ficara perigosamente vazio.

E Prudente de Morais não conseguira pacificar os interêsses em jôgo. Os Estados menores opunham-se ao que supunham ser o domínio de São Paulo sôbre o govêrno federal, situação cuja solução de compromisso só seria encontrada no govêrno Campos Sales. Alguns militares permaneciam inquietos, promovendo rebeliões isoladas; as camadas urbanas prejudicadas pela inflação passavam a condenar violentamente o govêrno de Prudente.

Mesmo ao debelar as revoltas, a presidência da República se desgastava. Tratando da paz com os federalistas gaúchos, desgostou o govêrno do Estado — Júlio de Castilhos — e passou a contar com a oposição dos seus deputados na Câmara Federal.

O fim da Campanha de Canudos, embora trouxesse a vitória militar ao govêrno, causou-lhe perda de popularidade. Por exemplo, quando, na penúltima investida, as tropas de Moreira César foram atacadas durante a difícil luta no sertão baiano, a população carioca saiu às ruas para protestar contra o govêrno.

Durante cinco meses, de novembro de 1896 a março de 1897, Prudente de Morais, doente, estêve afastado do govêrno, que ficou a cargo do vice, Manuel Vitorino Pereira.

Ao regressar, a situação era difícil. Uma parte do Partido Republicano Federal (PRF) vinculada aos "florianistas" e chefiada por Francisco Glicério afastara-se de Prudente e logo romperia com êle, a propósito de um levante da Escola Militar.

O govêrno, alegando necessitar de munição em outras guarnições, mandara retirar os cartuchos armazenados na Escola Militar, e os alunos insurgiram-se contra a medida tomada como prova de desconfiança.

A pronta reação do ministro da Guerra debelou a revolta, mas haveria repercussões no Parlamento. Francisco Glicério mostrava-se contrariado com as relações entre o presidente e o PRF e resolveu censurá-lo. Quando o deputado governista baiano J.J. Seabra apresentou moção congratulando-se com o executivo pelos seus atos ao reprimir a revolta dos cadetes, Glicério foi contra, e a moção rejeitada por 86 a 60. Inconformado, Artur Rios, representante da Bahia, renunciou à presidência da Câmara. Prudente passou à ofensiva de maneira indireta. Uma nota do *Jornal do Comércio*, órgão oficioso do govêrno, anunciou que Francisco Glicério já não representava o pensamento do executivo. Formalizava-se o rompimento e Prudente perdia parte do apoio parlamentar. Quatro dias depois de haver pedido demissão, Artur Rios disputava com Glicério a presidência a que renunciara. Glicério foi derrotado. A seu lado ficaram o Rio Grande do Sul, Amazonas, Distrito Federal e o Ceará. Artur Rios obteve metade das bancadas de São Paulo, Minas, Pernambuco, Rio de Janeiro e a totalidade da bancada baiana.

A divisão da bancada paulista demonstrava que os cafeicultores ainda não se haviam decidido pela política que mais lhes convinha. Embora não fôssem prejudicados pela inflação (que, em última análise, os favorecia, pois recebiam o produto de suas vendas em moeda estrangeira), preocupavam-se com a crise financeira, sem que pudessem propor uma solução que não atingisse seus próprios interêsses.

Prudente, com dificuldade, aproximava-se do final de seu mandato. De repente, num único episódio, recupera seu prestígio.

A violência de que foram vítimas Prudente e seus auxiliares despertou a comoção e a simpatia populares. Com o atentado de 5 de novembro o presidente readquire a popularidade perdida.

Os jornais governistas emprestam ao crime nítido caráter político e o estigmatizam, secundados pela imprensa oposicionista. No Congresso, Rui Barbosa concita o govêrno a reagir enèrgicamente.

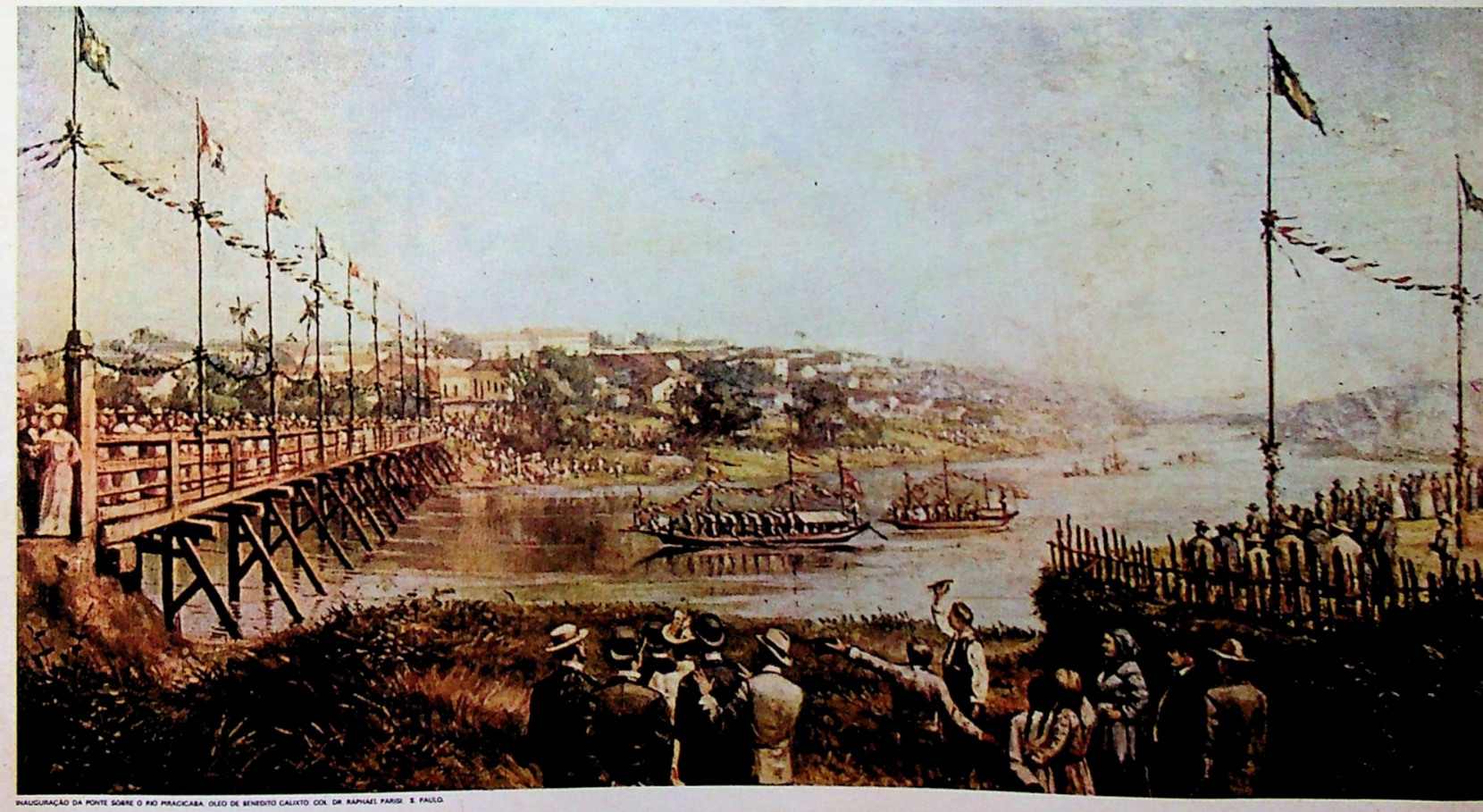
E Prudente inicia a reação. Obtém do Congresso o estado de sítio. Fecha o Clube Militar, núcleo dos florianistas e adeptos da ditadura republicana. Enquanto isso, jornais oposicionistas eram empastelados. O inquérito policial para apurar o atentado prossegue (só se encerrará em janeiro de 1898) e vai insinuando alguns pormenores: o Cabo Marcelino Bispo nada mais fôra que um braço armado por conspiradores palacianos, entre os quais estaria o próprio vice-presidente, Manuel Vitorino, o senador João Cordeiro, os deputados Francisco Glicério, Torquato Moreira, Barbosa Lima e Irineu Machado, e ainda vários militares. Prudente ordena o destêrro, para a ilha de Fernando de Noronha, do Capitão Barbosa Lima, João Cordeiro, Alcindo Guanabara e outros, enquanto Glicério recolhia-se tranqüilamente a São Paulo.

E assim, a oposição na defensiva, acusada de planejar um assassinato,



CAPITULAÇÃO DA LAPA. ÓLEO ANÔNIMO. MUSEU GOMES CARNEIRO, CURITIBA, PR

No fim de um agitado govêrno, em que a pacificação da revolta federalista (acima, a rendição da Lapa) exigiu o máximo de habilidade política, Prudente ainda contava com seus amigos (página ao lado) e com o reconhecimento dos moradores de Piracicaba, onde fôra prefeito. Ao lado, embaixo, a inauguração de uma ponte sôbre o rio Piracicaba.



INAUGURAÇÃO DA PONTE SÔBRE O RIO PIRACICABA. ÓLEO DE BENEDITO CALIXTO. COL. DR. RAPHAEL PARISI. S. PAULO.


PRUDENTE DE MORAIS. ÓLEO ANÔNIMO. SECRETARIA DA JUSTIÇA. SP

Prudente consegue terminar o último ano de seu govêrno, concluindo as negociações com os credores estrangeiros para a aplicação do *funding loan* e preparando-se para a sucessão. A bancada paulista apresenta a candidatura de Campos Sales, e, embora Prudente se inclinasse pelo seu ministro e amigo Bernardino de Campos, aceitou a candidatura de seu antigo companheiro de bancada, efetivamente eleito em 1898.

No fim da vida, a volta a Piracicaba

Durante o ano de 1898 as preocupações políticas de Prudente cedem lugar às providências para o retôrno a casa. Aos parentes e amigos escreve várias cartas: "...estou a contar os dias que faltam para chegar a 15 de novembro, com a mesma ansiedade com que os escravos esperavam o seu 13 de maio... quero ver-me em minha casa para descansar... convém que o serviço da nossa casa comece logo, para poder concluir-se a tempo de poder ocupar a casa em novembro... e meu banheiro deve estar muito estragado: mande fazer os consertos necessários de modo a que possa servir até que se faça coisa melhor para os banhos, quando a terra tiver esgotos..."

Chega, então, o 15 de novembro. Prudente esmera-se em dar à solenidade da transmissão o brilho de um espetáculo, êle que não gostava de solenidades. A 23 o trem especial que o conduz chega à estação de Piracicaba, onde tôda a população esperava para recebê-lo e aplaudi-lo. Passa, então, à vida tranqüila do lar, entre os filhos.

A partir de 1901 sente-se muito doente e enfraquecido, atacado pela tuberculose. Mesmo assim, ainda faz uma última aparição política: comparece à convenção dos dissidentes do Partido Republicano Paulista, em outubro; por proposta de Cerqueira César, é aclamado presidente do partido e assina um documento propondo modificações no sistema eleitoral do Congresso, defendendo a proibição de venda de terras a estrangeiros sem autorização do govêrno e condenando a intervenção do Estado nos assuntos educacionais.

Mas cada vez mais vai-se sentindo velho e doente. À família, dizia:

— Não sairei mais de perto do Gaspar.

Gaspar era o zelador do cemitério de Piracicaba.

Prudente de Morais morreu a 3 de dezembro de 1902.

Na tranqüilidade da velha Piracicaba, o descanso de um grande estadista.

GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA

Errata

Volume III

PÁGINA		COLUNA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
591	Crédito da fotografia		Acrescentar: Bibl. Nacional. Rio. GB.	
598	Idem		Idem: Bibl. Nacional. Rio. GB.	
598	Idem		Idem: Bibl. Nacional. Rio. GB.	
599	Idem		Idem: Bibl. Nacional. Rio. GB.	
669			1833-1891	1836-1891
670		1	1833	1836
712	Crédito da fotografia		Ângela	Angelina
712	Idem		Ângela	Angelina
714	Idem		Ângela	Angelina
715	Idem		Ângela	Angelina

MAPA

recorte nas linhas pontilhadas para formar sua rhapoteca



Brasiliae Tabula

À falta de maiores informações geográficas, o holandês Johannes Janssonius enriqueceu artìsticamente êste mapa com figuras de animais e cenas típicas da vida indígena. Mas, se em meados do século XVII ainda faltavam dados sôbre o interior, êles já eram abundantes com relação ao litoral, como provam as dezenas de nomes assinalados ao longo da costa. No mapa, que tem a face ocidental voltada para baixo, é evidente a preocupação do cartógrafo em demarcar as diversas capitanias portuguêsas e em pormenorizar duas áreas de especial interêsse para a Holanda: a Baya de todos Santos *e a* Villa d'Olinda de Pernambuco, *mostradas no bordo superior em dois cartões-de-detalhe. Com seus títulos e escalas inscritos em cartelas de belos efeitos ornamentais, em que sobressaem figuras de índios, frutos e folhagens, o mapa apareceu pela primeira vez no* Novus Atlas Sive Theatrum Orbis Terrarum: in quo Tabulae et Descriptiones Omnium Regionum Distinctus, *que, no exemplar existente na Biblioteca da Universidade de Amsterdam, tem as datas de 1646 e 1647, e, no existente na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington, tem data de 1646-1649.*

3ª CAPA: REPRODUÇÃO NA MAPOTECA DO MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, GB.

GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA